

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O MEIO AMBIENTE DESDE A CULTURA POLÍTICA:
Uma aproximação teórica para a América Latina

MARIANA ALVES DOS SANTOS

Porto Alegre - RS

2024

MARIANA ALVES DOS SANTOS

O MEIO AMBIENTE DESDE A CULTURA POLÍTICA:

Uma aproximação teórica para a América Latina

Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo.

Porto Alegre - RS

2024

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos, Mariana Alves
O MEIO AMBIENTE DESDE A CULTURA POLÍTICA: Uma
aproximação teórica para a América Latina / Mariana
Alves dos Santos. -- 2024.
52 f.
Orientadora: Sofia Vizcarra Castillo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Ciência Política. 2. Comportamento político ã.
3. Valores ambientalistas. 4. Cultura Política. 5.
América Latina. I. Vizcarra Castillo, Sofia, orient.
II. Título.

MARIANA ALVES DOS SANTOS

O MEIO AMBIENTE DESDE A CULTURA POLÍTICA:

Uma aproximação teórica para a América Latina

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo - Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Granato

UFRGS

Prof. Dr. Daniel Capistrano

University College Dublin

Para a cúmplice maruja, Thereza Dornelles dos Santos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido. Ressalto a importância do fomento, sem o qual não seria possível a realização desta pesquisa e, tampouco, seria viabilizada a dedicação exclusiva à minha formação a nível de Mestrado.

Agradeço à UFRGS, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e às bibliotecas da Universidade pela excelente formação e pela estrutura fornecida. Espero responder à altura da qualidade de ensino da instituição.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo, pela confiança na minha capacidade, pelos vários anos de trabalho em conjunto e por ter me mostrado os caminhos dentro da ciência política e da pesquisa científica. Agradeço ao Professor Daniel Capistrano, ao Professor Henrique Carlos de Oliveira de Castro e ao Professor Leonardo Granato, pela disponibilidade para avaliar este trabalho. Agradeço também ao Professor Rodrigo Stumpf González e ao Professor Gustavo Grohmann pela formação e ensinamentos ao longo do mestrado.

Agradeço aos meus colegas do CESPRI e do World Values Survey Brasil (WVS-Brasil). Um agradecimento especial para Bianca, Maria Júlia, Luana, Marielli e Débora, que estiveram do meu lado tanto em momentos de descontração, quanto em momentos de muito empenho e trabalho conjunto: obrigada! Ressalto um dos ensinamentos da Professora Sonia Ranincheski (*In Memoriam*), que conheço apenas através do seu grande legado, mas que busco levar adiante: a ciência não deve ser uma atividade solitária. Portanto, a conclusão dessa etapa se deve também a todos vocês!

Agradeço à Raissa Fernanda de Melo Bruno, por ser minha irmã de coração, obrigada por tanto. Agradeço à Billie, que é sempre minha maior companhia. Agradeço também à Luana Petter, que além do amparo e do carinho, forneceu a mim seus ouvidos, suas palavras e sua infindável energia.

Agradeço também àqueles que antecederam tudo isso: minha família. Agradeço o apoio e o suporte dos meus pais, Rosemary Villanova Alves e Marcelo Dornelles dos Santos. Aos meus queridos avós, Oralda Villanova Alves, Pedro Alves, Thereza Dornelles dos Santos (*In Memoriam*) e João Boaventura Alves dos Santos. Agradeço também a minha tia Vanessa Villanova Alves e ao Pedro Alves Louis Loureiro.

You cannot get through a single day without having an impact on the world around you. What you do makes a difference and you have to decide what kind of a difference you want to make.

(Jane Goodall)

RESUMO

No campo da ciência política, o debate sobre o meio ambiente iniciou por volta de três décadas atrás, relativamente recente quando comparado a outros tópicos da área. O campo da cultura política foi um dos primeiros a abordar a questão, relacionando afluência com valores pós-materialistas, onde os valores ambientalistas estariam inseridos. Porém, essa explicação é insuficiente quando se trata do sul global, em especial na América Latina, onde preocupações ambientalistas aparecem apesar das persistentes desigualdades socioeconômicas. Para contribuir a superar esse impasse, a presente pesquisa tem como objetivo verificar a relação teórica entre o meio ambiente como objeto político e o enfoque da cultura política na região. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, a fim de responder os seguintes objetivos específicos: a) Identificar em quais termos o debate acerca do meio ambiente como objeto político se deu na esfera internacional dentro da área da cultura política; b) Identificar de que maneira o comportamento humano vem sendo vinculado a valores considerados ambientalistas; c) Caracterizar o desenvolvimento do meio ambiente como objeto político na América Latina; d) Analisar a relação da cultura política latino-americana com o debate sobre meio ambiente. Verificou-se que, modelos de comportamento sustentável contribuem para o aprofundar o debate acerca do poder explicativo dos indicadores, mas são insuficientes por não aprofundaram o debate na região latino-americana, nem utilizaram de aportes teóricos para além da teoria da modernização. A partir destas discussões, hipóteses acerca das dificuldades enfrentadas pela região por características da sua cultura política, como o autoritarismo, conservadorismo e desconfiança política, que podem ser prejudiciais para o avanço do debate acerca das mudanças climáticas. Uma vez tendo os pontos teóricos delineados para colocar o debate entre as áreas convergentes, o próximo passo lógico é avançar a pesquisa em futuros trabalhos e desenvolver conceitos específicos da cultura política aplicados ao meio ambiente.

Palavras-chave: Valores Ambientalistas; Comportamento Político; Mudanças Climáticas.

ABSTRACT

In the field of political science, the debate about environmentalism began around three decades ago, relatively recent when compared to other topics in the area. Political culture was one of the first areas to address the issue, relating affluence to post-materialist values, which included environmentalist values, although this explanation does not sustain itself when applied to the global south, especially in Latin America. In order to understand how political culture has been working with the environment as a political object, this study aimed to verify the theoretical relationship between the environment as a political object through the lenses of political culture in the region. To this end, a bibliographical review was carried out in order to answer the following specific objectives: a) To identify in what terms the debate on the environment as a political object has taken place in the international sphere within the area of political culture; b) To identify how human behavior has been linked to values considered to be environmentalist; c) To characterize the development of the environment as a political object in Latin America; d) To analyze the relationship between Latin American political culture and the debate on the environment. It was found that models of sustainable behavior contribute to furthering the debate about the explanatory power of indicators but are insufficient as they have not explored the debate in the Latin American region, nor have they used theoretical contributions beyond the theory of modernization. Based on these discussions, it was hypothesized about the difficulties faced by the region due to the characteristics of its political culture, such as authoritarianism, conservatism and political distrust, which can be detrimental to advancing the debate on climate change. Once the theoretical points have been outlined to set the debate between the converging areas in motion, the next logical step is to advance the research in future works and develop specific concepts of political culture applied to the environment.

Key-words: Environmental Values; Political Behavior; Climate Change.

LISTA DE SIGLAS

ESCT	Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia
HOP	Pesquisa sobre a Saúde do Planeta
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
ISSP	International Social Survey Program
NAM	Modelo da Ativação de Normas
NEP	Novo Paradigma Ecológico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
VBN	Teoria do Valor-Norma-Crença
WVS	Pesquisa Mundial de Valores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PANORAMA INTERNACIONAL E DEBATES EMERGENTES SOBRE O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO ANALÍTICO	14
2.1 As abordagens do meio ambiente como objeto político em perspectiva histórica	15
2.1.1 Inserção das Ciências Sociais no Debate Internacional sobre as Mudanças Climáticas	15
2.1.2 A Virada do Milênio e a Promessa da Sustentabilidade	17
2.1.3 Breve Panorama Histórico do Meio Ambiente a Partir da Ciência Política	19
2.2 Identificando a Contribuição da Cultura Política ao Debate Ambiental	20
2.3 Considerações Contemporâneas da Área da Ciência Política no Debate	22
2.4 Debates Interdisciplinares Sobre o Comportamento Ambientalista	25
3 DESAFIOS, PERSPECTIVAS E OPORTUNIDADES: O DEBATE LATINO-AMERICANO SOBRE MEIO AMBIENTE NA CIÊNCIA POLÍTICA	31
3.1 Meio Ambiente Como Objeto Político Na América Latina	32
3.2 Cultura Política Latino-Americana e Sua Relação com o Meio Ambiente	33
4 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) e tem como objetivo geral discutir a relação teórica entre o meio ambiente como objeto político e o enfoque da cultura política. Tendo isso em mente, os objetivos específicos do presente trabalho visam responder a pergunta norteadora: “De que maneira o meio ambiente como objeto político vem sendo trabalhado a partir do enfoque da cultura política na América Latina?”, desta maneira, eles são: a) Identificar em quais termos o debate acerca do meio ambiente como objeto político se deu na esfera internacional dentro da área da cultura política; b) Identificar de que maneira o comportamento humano vem sendo vinculado a valores considerados ambientalistas; c) Caracterizar o desenvolvimento do meio ambiente como objeto político na América Latina; d) Analisar a relação da cultura política latino-americana com o debate sobre meio ambiente.

A preocupação humana com o meio ambiente e sua reflexão sobre a relação humanidade-natureza sempre esteve presente nos registros históricos, inclusive desde as pinturas rupestres no Período Paleolítico. Dentro da ciência política, todavia, o debate foi desenvolvido e aprofundado há apenas três décadas, relativamente pouco tempo quando comparado a outros temas estudados na área. Porém, como se detalha a seguir, a subárea da cultura política foi uma das pioneiras em abordar o tema meio ambiental. É importante salientar que, neste trabalho, esta área de estudos é definida como “a generalização de um conjunto de valores¹, orientações e atitudes políticas entre os diferentes segmentos em que se divide o mercado político e resulta tanto dos processos de socialização, como da experiência política concreta dos membros da comunidade política” (Moisés, 1992, p.7).

Um dos principais estudos relacionando a área com a preocupação ambiental data 1995, quando Ronald Inglehart, um dos mais célebres teóricos da área, publicou o artigo intitulado “Public Support for Environmental Protection: Objective Problems and Subjective Values in 43 Societies”. Nele, o autor relaciona positivamente a preocupação ambiental com riqueza econômica, dentro da concepção de que, com uma maior afluência, a população dessas nações tenderia a apresentar valores pós-materialistas. Dentro dessa lógica, a preocupação ambiental e, portanto, valores ambientalistas só poderiam surgir depois de garantida a segurança física e econômica (Inglehart, 1981; Inglehart, 1990). Inglehart ainda argumentou que o surgimento ascendente da preocupação ambiental nos últimos 40 anos se

¹ Neste trabalho, valores são considerados crenças trans-situacionais que podem orientar as decisões individuais em uma variedade de contextos e domínios (Schwartz, 2012).

deveu a uma mudança dos valores materialistas, que estavam generalizados no início do século, para os valores pós-materialistas nas últimas décadas (Oskamp, Schultz, 2005, p. 453-454). Contudo, tal associação além de reducionista, quando simplifica essa relação a apenas um único fator, não possui valor explicativo quando aplicado a regiões do sul global, principalmente à América Latina, caindo em uma armadilha similar à da cultura cívica.

O termo “cultura política” foi cunhado a partir do trabalho de Almond e Verba (1963), no qual os autores exploram a relação teórica entre os valores e as opiniões da população de um país, ou seja, o desenvolvimento do que eles denominaram de “cultura cívica”. Através desse termo, estudou-se como tal relação influencia o sucesso na implementação de sistemas democráticos e como ela afetaria sua estabilidade (Castro, 2014), no entanto, essa ideia possui armadilhas teórico-epistemológicas. Como o trabalho de Castro, Santos e Beal (2022) traz, “desde a constituição do campo de cultura política, pouco se avançou na incorporação de aportes e evidências não centrados no Norte Global”. Estudos a partir da América Latina indicam que as principais teorias da cultura política eurocêntrica ainda carecem de poder de explicação ou capacidade generalizadora. Isso se dá em parte pelo estreito vínculo entre essas análises da cultura política e as teorias da democracia liberal e a modernização que levam a uma incapacidade parcial de explicar contextos em que a democracia liberal não é um regime consolidado e onde grande parte da população ainda não possui condições de vida minimamente adequadas. Também nestes contextos há uma significativa falta de estudos quantitativos e qualitativos acerca de tópicos transversais à região, como são a tecnologia ou o meio ambiente. Como se é esperado, quando se trata da cultura política e do meio ambiente tal armadilha também é passível de ser identificada, quando estudos falham em incluir e considerar a conjuntura da América Latina em suas análises.

Desta forma, devemos não apenas voltar a atenção ao sul global, como também repensar a maneira como o tópico vem sendo analisado pela área da Ciência Política. É de praxe que estudos regionais e internacionais na área das ciências humanas acabam utilizando como unidade de análise os Estados-Nações, todavia, há espaço para reconsiderar os fatores transnacionais inatos ao tópico das mudanças climáticas, assim como quaisquer envolvendo o mundo natural. Os corpos de água, florestas e outras formações geológicas e geográficas não são delimitados por fronteiras invisíveis criadas pela humanidade. Da mesma forma, o planejamento e gestão de hidrelétricas – como a gigante Itaipu, um dos primeiros grandes projetos nesse sentido que é localizado na América do Sul –; assim como a preservação da floresta Amazônica e de Galápagos, ambos tesouros de biodiversidade.

O caráter global das mudanças climáticas desafia a capacidade das sociedades modernas de refletirem sobre o seu presente e de planejarem com antecedência ações com efeito no longo prazo, levando a um “paradoxo” de inação (Brandão, 2019). Tal paradoxo afirma que, como os perigos levantados pelo aquecimento global não são tangíveis, imediatos ou visíveis no curso da vida cotidiana, independentemente de quão grave eles aparentam ser, muitas pessoas ainda permanecem imóveis e não fazem nada de concreto a seu respeito. Contudo, esperar até que as consequências se tornem visíveis e precisas para começar a tomar ações sérias fará, por definição, com que seja tarde demais (Giddens, 2009, p. 2).

Diversos países, seguindo acordos internacionais, adotaram políticas em prol do meio ambiente, incluindo a substituição de fontes de energia e uma maior regulamentação do setor agropecuário; há, todavia, uma relativa ausência de medidas na América do Sul que visem as necessárias mudanças de comportamento humano nesse sentido. As políticas de combate às mudanças climáticas devem considerar a ação humana, a fim de formular políticas com base em evidências que mudem comportamentos humanos respeitando valores democráticos. Faz-se urgente a necessidade de uma ação climática estratégica e informada e para que isso aconteça é imperativo que se compreenda os valores, crenças e atitudes da população dessa região. Para que se formule políticas públicas com base em evidências, um suporte chave são os estudos sobre atitudes sobre o meio ambiente e pesquisas que investiguem como a sociedade latino-americana concebe o meio ambiente como objeto político. O combate às mudanças climáticas envolve dimensões humanas e tecnológicas e implica a reconfiguração da relação entre essas duas dimensões.

Os antecedentes das discussões internacionais vinculadas à sustentabilidade podem ser observados desde antes dos anos 1970, com a Conferência de Estocolmo² de 1972 — que não culminaram em uma recomendação específica global, mas demonstrou uma preocupação conjunta —, assim como, por exemplo, como nos anos 1980 com o Report on Recommendation on Organic Farming, que era voltado aos produtores nos Estados Unidos. Porém foi com a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que posteriormente foram estendidos na formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que começam a ser delineadas as características de uma plataforma internacional orientadas a uma ação coordenada que inclui a dimensão meio ambiental.

Os objetivos foram criados pensando em coordenar os países do mundo em direção a um futuro sustentável em relativa sincronia, todavia, não nos foi fornecido diretrizes exatas a

² A Conferência de Estocolmo catalisou uma nova era de cooperação ambiental multilateral e de elaboração de tratados. Sem ele, o PNUMA não existiria e muitos tratados ambientais globais não seriam escritos.

serem seguidas. A relação das sociedades com cada um dos temas contidos nos ODS é tão distinta quanto às especificidades de cada cultura presente no mundo. Mesmo que um compromisso tenha sido firmado pelos líderes globais de caminharmos na mesma direção, a maneira como cada nação irá tratar o debate dentro das fronteiras do Estado e como a conversa com a sociedade será dada não parece incluir nenhum tipo de recomendação. Não necessitamos de um protocolo universal, como pode-se argumentar que os ODS tenham sido insuficientes, senão uma análise a partir dos comportamentos, costumes, atitudes e crenças específicas de cada localidade, algo que a cultura política como área se propõe a fazer.

Todavia, com os instrumentos que a cultura política trabalha hoje, ainda existem dimensões onde o poder explicativo dos aparatos analíticos da área até então não alcançou. Caso bebesse de outras fontes que também tratam do tema da sustentabilidade, a área possivelmente adquiriria um maior poder analítico em seus conceitos. A Psicologia Ambiental, por instância, trata da sustentabilidade a partir do nível individual de comportamento, uma dimensão a partir da qual a cultura política consegue fazer duas pontes: com o nível de sociedade, a partir da noção de coletividade e de padrões de comportamento social, e com o Estado, na maneira que essa relação se reflete em instituições e decisões coletivas. Uma aproximação dessas áreas que até o momento se encontram sem diálogo, proporcionaria uma análise multidimensional, a partir da qual a resposta frente às mudanças climáticas pode ser melhor compreendida.

É nesse sentido que o presente artigo pretende discutir as possíveis aproximações teóricas, a fim de melhor analisar o comportamento político frente às mudanças climáticas. Tendo em vista a falta de estudos relacionando o comportamento político e mudanças climáticas, serão utilizados estudos referentes ao tema ambiental no geral. Com a complementação de outras áreas, pode-se instrumentalizar conceitos que, na análise da empiria, podem trazer à luz dimensões que anteriormente não eram mensuráveis ou bem definidas a partir do enfoque da Cultura Política.

2 PANORAMA INTERNACIONAL E DEBATES EMERGENTES SOBRE O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO ANALÍTICO

O conceito do Antropoceno tem suscitado reflexões profundas sobre a interseção entre a ação humana e a estrutura social, desafiando as dinâmicas tradicionais entre história e ambiente. Num contexto em que as mudanças climáticas influenciam diretamente as

circunstâncias em que as sociedades operam, torna-se imperativo repensar os diferentes níveis de ação, desde o engajamento individual até às relações internacionais. Esta conjuntura levanta questões cruciais sobre como indivíduos, comunidades e nações respondem a uma realidade marcada pelas consequências ambientais das escolhas humanas. Nesse sentido, estudos científicos de todas as áreas do conhecimento vêm questionando modelos teórico-metodológicos tradicionais frente às mudanças sociais, políticas e ambientais globais.

A literatura especializada no comportamento ambientalista, frequentemente denominado comportamento sustentável, tem sua base firmada na psicologia, sociologia e antropologia ambiental, áreas que exploram a relação entre seres humanos e o mundo externo, especialmente o meio ambiente. Entretanto, o diálogo interdisciplinar entre essa área e a ciência política tem sido limitado, mesmo fazendo parte dos que são considerados os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia. Enquanto o foco político muitas vezes se restringe à análise do comportamento eleitoral e à relação entre voto, partidos políticos e a agenda verde, a necessidade de uma cultura política alinhada ao comportamento ambiental desejável torna-se cada vez mais evidente, especialmente em face das metas climáticas acordadas internacionalmente. Este alinhamento exige uma perspectiva mais sofisticada e interdisciplinar que incorpore aspectos políticos na compreensão do comportamento ambiental e nas políticas públicas voltadas para a sustentabilidade.

2.1 As abordagens do meio ambiente como objeto político em perspectiva histórica

2.1.1 Inserção das Ciências Sociais no Debate Internacional sobre as Mudanças Climáticas

No âmbito coletivo, social e governamentalmente, considera-se que as discussões sobre o aquecimento global se iniciaram no final dos anos 1980 e começo dos 1990 (Brand, 1997). Todavia, pesquisas científicas sobre o aquecimento global remontam à década de 1890, quando o cientista sueco Svante Arrhenius demonstrou em um artigo a influência do dióxido de carbono no efeito estufa (Fleury *et al*, 2019) – Joseph Fourier em realidade já havia proposto a ideia do efeito estufa sete décadas antes, contudo o consenso científico se deu apenas no final do século 19 –. Como ressalta Chakrabarty (2009), este é o mesmo período em que cientistas sociais começaram a discutir a globalização. As alterações no clima têm-se feito presentes nas pautas de distintas esferas, da formulação de políticas públicas às demandas de movimentos sociais, e têm demonstrado a possibilidade de colocar em xeque o arsenal crítico-conceitual tradicionalmente mobilizado para se pensar a sociedade (e as

relações sociedade-natureza), demandando novas concepções do agir político (Fleury *et al*, 2019).

As discussões em torno do conceito de Antropoceno, cunhado pelo químico e ganhador do Prêmio Nobel Paul J. Crutzen e seu colaborador Eugene F. Stoermer, têm sido fundamentais nesse contexto. O termo designa a época geológica atual, na qual a espécie humana teria se transformado de um simples agente biológico em uma força geofísica importante, capaz de alterar as condições biotermodinâmicas do planeta. Conforme artigo publicado na revista *Nature*, em 2002:

Nos três últimos séculos, os efeitos dos humanos no ambiente global se intensificaram. Por causa dessas emissões antropogênicas de dióxido de carbono, o clima global poderá distanciar-se significativamente do comportamento natural por muitos milênios. Parece apropriado aplicar o termo “Antropoceno” à [...] época geológica presente, dominada por humanos, que complementa o Holoceno – o período quente dos últimos dez a doze milênios. Poder-se-ia considerar que o Antropoceno começou na parte final do século XVIII, quando análises do ar preso em gelo polar evidenciaram o início das crescentes concentrações globais de dióxido de carbono e metano. Essa data também coincide com o projeto do motor a vapor de James Watt, de 1784 (Crutzen, 2002, p. 23).

Alguns autores (vide Fleury *et al*, 2019) argumentam que a perspectiva do Antropoceno e sua implicação para o conceito de história reposicionariam outra distinção cara ao debate em Ciências Sociais: a relação entre estrutura e ação. Segundo afirmam Beeson e McDonald (2013), a famosa observação de Karl Marx de que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2006, p.10) adquire um novo sentido quando interpretada sob a luz das mudanças climáticas. Neste caso, para se compreender as tomadas de decisão e as respostas frente a uma história que inclui as consequências ambientais das escolhas das sociedades, interessaria considerar como se articulam os diferentes níveis de ação. Do engajamento individual às mobilizações coletivas e às relações internacionais, reconfiguram, com isso, o entendimento acerca das complexas relações entre capacidade de ação e restrições sociais (Keohane, Victor, 2011; Beeson, McDonald, 2013).

Um estudo realizado por Dunlap e Brulle (2015, p.7), aponta que as estimativas indicam que apenas 3% das publicações que tratam das mudanças ambientais globais tenham tido a participação de sociólogos. Ao questionarem o porquê deste pequeno percentual, os autores sugerem como possibilidade explicativa uma relativa falta de atenção dos cientistas

sociais (em termos gerais e históricos) para “questões relacionadas à natureza” e o fato de o campo de estudos em mudanças climáticas ter sido gestado na área das ciências naturais.

Tendo isso em mente, o campo dos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT) se propõe a compreender a ciência e a tecnologia a partir de um olhar dirigido à sua gênese social, iluminando as formas de produção e validação do conhecimento científico e tecnológico e seu envolvimento em decisões políticas e práticas sociais diversas (Bijker, Hughes, Pinch, 1987; Sismondo, 2010). Nessa perspectiva teórica, a discussão proposta pelos ESCT sobre as mudanças climáticas aborda várias questões que envolvem o conhecimento e a ordem social. Inicialmente, uma das questões tratadas por esses estudos foi a de como as ciências climáticas historicamente transformaram noções básicas de natureza e fundamentaram as políticas climáticas internacionais (Demeritt, 2001; Miller, Edwards, 2001; Miller, 2004; Edwards, 2010). Tais estudos documentaram como as mudanças climáticas tornaram-se o centro dos regimes ambientais internacionais por meio de um processo de associação inédita de instituições científicas e políticas em escala global. Como Fleury *et al* (2019) ressalta, a principal proposta atual dos ESCT é ampliar o alcance da ciência ao propor que as instituições científicas devem se aproximar da sociedade e se tornar mais transparentes e abertas à participação pública.

De modo geral, discussões entre alguns campos dos ESCT têm ocorrido em paralelo: “a globalização, uma vez reconhecida, foi de interesse imediato para humanistas e cientistas sociais, ao passo que o aquecimento global, apesar de uma boa quantidade de livros publicados nos anos 1990, só veio a se tornar uma preocupação pública na primeira década de 2000” (Chakrabarty, 2009, p. 199). De fato, nas Ciências Sociais, as mudanças climáticas em grande escala agravadas pelo aquecimento global antropogênico passaram a ser incorporadas como elementos de análise somente nos anos recentes. Quando começaram a ganhar espaço na arena pública internacional e, pouco a pouco, por meio de acordos e tratados entre países com seus subsequentes desdobramentos nos contextos subnacionais, foram alçadas ao topo de prioridade da agenda política global (Bernauer, 2013).

2.1.2 A Virada do Milênio e a Promessa da Sustentabilidade

Com um dos propósitos sendo abordar de forma mais efetiva a preocupação com o meio ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido na virada do milênio como uma nova estrutura para a burocracia internacional de desenvolvimento, substituindo os ODM pelos ODS. A adoção desse novo conjunto de 17 objetivos foi vista

como uma correção necessária para superar as falhas dos ODM, colocando o desafio ambiental no centro das iniciativas globais, não apenas para as nações do sul global, mas para todos os países. Assim foi lançada mão de diferentes atores político-sociais, indivíduos e grupos de interesse na governança global³ que se formou desde então.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 13 se refere à “ação contra a mudança global do clima”. Seu objetivo é tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos. Algumas das suas principais diretrizes são a) a implementação de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; b) a integração do clima às políticas e ao planejamento nacional; c) o fortalecimento das capacidades institucionais e individuais para enfrentar os desafios relacionados às mudanças climáticas; d) a cooperação internacional para enfrentar os desafios climáticos; e e) a promoção de práticas sustentáveis em setores-chave, como energia, agricultura, indústria e transporte.

Essas diretrizes enfrentam críticas substanciais (Stern, 2008; Hamid, Stern, Taylor, 2007), particularmente no que diz respeito às disparidades nos níveis de desenvolvimento entre os países do sul global. Uma crítica proeminente diz respeito à desigualdade na responsabilidade e impacto das mudanças climáticas, destacando a contribuição histórica significativa das nações mais desenvolvidas para as emissões de gases de efeito estufa em comparação com as nações em desenvolvimento (Stern, 2008). Tal desigualdade deixa evidente a percepção de injustiça ao se demandar ações igualmente rigorosas de todos os países. Adicionalmente, a falta de compromissos financeiros robustos por parte das nações mais desenvolvidas é uma fonte de crítica constante.

A insuficiência de financiamento destinado à mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento compromete a eficácia das estratégias implementadas para lidar com os impactos das mudanças climáticas (Stern, 2008; Hamid, Stern, Taylor, 2007). Além da continuidade da ênfase dada no crescimento econômico, sem uma clareza adequada à necessidade de mudanças fundamentais nos modelos de produção e consumo a fim de atingir efetivamente as metas climáticas propostas. Um ponto crucial nas críticas também recai sobre a falta de orientações específicas e medidas concretas que podem resultar em abordagens inadequadas e falta de consistência nas estratégias adotadas pelos países.

A inclusão de preocupações socioeconômicas, como a igualdade de direitos entre os gêneros, é vital. No entanto, os ODS não representam uma mudança radical na forma como as

³ Governança Global é um conceito utilizado na área das Relações Internacionais, entendido como as múltiplas formas pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram os problemas comuns. Para mais informações, ver Rosenau e Czempiel (1992).

preocupações ambientais são integradas à política e ao planejamento do desenvolvimento, pois continuam visando e priorizando o crescimento econômico. Embora ele seja necessário para o desenvolvimento — nos termos que o concebemos atualmente —, a solução para as crises ambientais só será possível se respeitarmos os limites ambientais impostos pelas políticas de desenvolvimento. Tal lacuna demanda uma maior quantidade de estudos aprofundados nesse tema, por meio de enfoques regionais específicos e que levem as particularidades históricas, políticas, geográficas, econômicas e sociais em conta.

2.1.3 Breve Panorama Histórico do Meio Ambiente a Partir da Ciência Política

A ciência política adotou uma abordagem behaviorista a partir da segunda metade do século XX (Pasquino, 1998), com a inclusão dos cidadãos como atores políticos nos sistemas políticos de massa. A democracia eleitoral foi estabelecida como um sistema político, permitindo que os cidadãos escolhessem seus governantes e diluindo o poder entre as massas (Duverger, 1957; Sartori, 1982; Zuckerman, 2005). Isso levou à necessidade de investigar a interação entre os indivíduos e a política. Houve avanços nas técnicas de amostragem e pesquisa, bem como no uso de métodos quantitativos de coleta e análise de dados. A ciência política também passou a se envolver com a psicologia. Esses desenvolvimentos abriram caminho para o estudo do comportamento político, que abrange questões como a mobilização política, participação política, comportamento eleitoral, comunicação política, liderança e relação com as massas, ideologias, atitudes, sistemas de crenças de massa, orientações político-partidárias e opinião pública. A produção institucionalista acerca do comportamento eleitoral e dos próprios partidos identificamos como “verde” é extensa e relevante⁴, todavia fora do escopo desse trabalho.

Desde a década de 1980, foram iniciados, e prosseguem com êxito, vários programas de *survey* internacional de grande escala, como a International Social Survey Program (ISSP) e a série de pesquisas do Eurobarômetro. Entre os muitos tópicos abrangidos por estes estudos, afere-se as atitudes e os comportamentos relacionados às questões ambientais. A sua inclusão em *surveys* que contribuem para bases de dados quantitativos longitudinais permite aos pesquisadores em ESCT investigar sistematicamente as relações individuais e contextuais de tais atitudes e comportamentos numa perspectiva transnacional e longitudinal (por

⁴ Para maior aprofundamento no tema de teoria política verde, ver Eckersley (2004), Eckersley e Barry (2005) e Escorihuela e Saiz (2011). Já para maior aprofundamento na área de estudos de partidos verdes, ver Kaelberer (1993) e Van Haute (2016).

exemplo: Brechin, 1999; Brechin, Kempton, 1997; Diekmann, Franzen, 1999; Franzen, 2003; Guerin, Crete, Mercier, 2001; Hunter, Hatch, Johnson, 2004; Inglehart, 1995; Kimmelmeier, Król, Kim, 2002; Kidd, Lee, 1997).

Existem diferentes perspectivas para o estudo destas atitudes e valores, principalmente a partir da década de 2010 e da evolução dos estudos na área, uma delas é a abordagem quantitativa que foi desenvolvida no módulo sobre Energia e Mudanças Climáticas da European Social Survey (Poortinga *et al*, 2018), usando os dados da ISSP (Franzen, 2003). Porém, dada as características locais do fenômeno global das mudanças climáticas, é necessário, conhecer com maior detalhe, desde uma perspectiva qualitativa, a relação entre os cidadãos e as mudanças climáticas como objeto político para poder formular categorias operacionalizáveis em uma pesquisa tipo *survey*.

A potencialidade de criar um diálogo entre áreas antes criadas e evoluídas separadamente é o maior diferencial que a ciência política, e em especial a cultura política, pode levar aos ESCT. Nessa área, a ciência política procura responder à questão de saber como podem ser explicadas as diferenças entre nações no que diz respeito à preocupação ambiental pública e ao apoio público à proteção ambiental. Estes estudos baseiam-se na intrigante constatação empírica de que a preocupação global com o ambiente tem aumentado de forma geral - incluindo os países em desenvolvimento - e substancialmente; no entanto, apesar deste aumento, ainda se observam diferenças significativas entre as nações nas atitudes pró-ambientais. Embora estes estudos utilizem frequentemente os mesmos dados, o debate sobre a explicação para as diferenças observadas ainda não foi resolvido (Franzen, 2003).

2.2 Identificando a Contribuição da Cultura Política ao Debate Ambiental

Para melhor compreender isso, é necessário que Inglehart e Welzel (2005) dividem os valores em dois eixos, os quais refletem a direção na qual as sociedades tendem a se mover, influenciando sua propensão à democracia. O primeiro eixo abrange valores tradicionais e valores seculares-rationais, sendo influenciado pelo desenvolvimento econômico, especialmente a industrialização. Com a industrialização, a segurança e a garantia de sobrevivência aumentaram, reduzindo a dependência de explicações religiosas e impulsionando a transição das sociedades de valores tradicionais para valores seculares-rationais. O segundo eixo se desenvolveu na economia pós-industrial, quando as necessidades básicas foram atendidas, permitindo que as pessoas se concentrassem em preocupações além da sobrevivência.

De acordo com a teoria revisada da modernização proposta por Inglehart e Welzel (Inglehart, 1977; Inglehart, Welzel, 2005), à medida que as condições socioeconômicas melhoram nas sociedades, ocorre uma transformação gradual nos valores morais dos indivíduos. Essa transformação envolve uma transição dos valores tradicionais, que valorizam a ordem, autoridade e a família, para valores pós-materialistas, enfatizando a liberdade e a auto-expressão. No entanto, as mudanças nos valores não seguem um padrão linear e devem ser consideradas no contexto de cada sociedade. Além disso, a relação entre essa mudança de valores e o fortalecimento da democracia não é direta.

A visão mais comum sobre a relação entre riqueza econômica e a preocupação ambiental no campo da cultura política tem sido o pós-materialismo, o que sugere que a preocupação com valores como a proteção do meio ambiente só surge depois da segurança física e econômica estar garantida (Inglehart, 1981; Inglehart, 1990). Inglehart ainda argumentou que o surgimento da preocupação ambiental nos últimos 40 anos se deveu a uma mudança dos valores materialistas, que estavam generalizados no início do século, para os valores pós-materialistas nas últimas décadas (Oskamp, Schultz, 2005, p. 453-454).

Inglehart (1995) introduziu variáveis como a gravidade da poluição do ar e da água para analisar o apoio da massa à proteção ambiental. Ele argumenta que a afirmação de que o apoio público à proteção ambiental é moldado por fatores culturais subjetivos não abarca toda a explicação. O apoio das massas à proteção ambiental tende a ser maior em países com problemas objetivos de poluição. Inglehart (1995) afirma que tanto os problemas objetivos quanto a predisposição subjetiva são importantes para o apoio à proteção do meio ambiente. Além disso, Stern (1995) argumenta que barreiras estruturais podem impedir que valores e crenças se tornem comportamentos efetivos. Mudanças na estrutura da sociedade e no conhecimento das pessoas são necessárias para que os valores e as crenças sejam colocados em prática. Por outro lado, ele atribuiu essas diferenças à desigualdade nas condições ambientais objetivas com as quais as populações de diferentes nações são confrontadas. Inglehart (1995, p. 57) chamou essas duas fontes de atitudes ambientalistas de “valores subjetivos” e “problemas objetivos”.

Essa visão vê o ambientalismo global como o produto combinado das experiências diretas dos cidadãos das nações “mais pobres” (tese dos problemas objetivos) com a mudança de valores subjetivos dos cidadãos dos países “mais ricos” (tese dos valores pós-materialistas). No entanto, sua análise multivariada foi seriamente limitada pela amostra de países (ou seja, 18 sociedades industriais avançadas, principalmente afluentes) para os quais foi possível encontrar medidas comparáveis de poluição ambiental entre países. Sua

explicação foi contestada por Dunlap e Mertig (1997), Brechin e Kempton (1994) e Brechin (1999), que questionaram o argumento de que mais riqueza das nações ou níveis mais altos de pós-materialismo estão positivamente relacionados às atitudes ambientalistas. Esses autores mostraram que, em vários casos, as atitudes ambientais estão, na verdade, negativamente relacionadas à riqueza e argumentaram que o ambientalismo seria mais um fenômeno global do que um resultado específico do pós-materialismo ou da riqueza. No entanto, descobertas de Franzen (2003), Kimmelmeier *et al* (2002) e Kidd e Lee (1997) forneceram evidências positivas para a explicação de Inglehart sobre as diferenças no apoio à proteção ambiental. Estes últimos estudos, todavia, não serão aprofundados no presente trabalho, tendo em vista que não se encaixam no enfoque dele, que consiste em justamente ir além da argumentação afluência-valores pós-materialistas. Nesta linha, alguns estudos apoiam essa hipótese, particularmente no Norte Global (Kahn, Kotchen, 2010; Kimmelmeier *et al*, 2002).

Todavia, como Brechin (1999) descobriu em seus estudos, o uso de problemas objetivos juntamente com a explicação de valores subjetivos não consegue descrever adequadamente as bases da preocupação ambiental do sul e do norte global e, portanto, da preocupação ambiental global. Além disso, o autor afirma que o uso de uma explicação pós-materialista para o ambientalismo em nível cultural mais amplo torna-se incoerente em relação às reivindicações muito mais modestas encontradas em nível sócio-psicológico, necessitando de uma análise mais adequada através de modelos multiníveis e multidimensionais. É através da cultura política que consegue-se fazer o diálogo entre a esfera individual, a esfera do Estado (sistêmica) e a sociedade.

2.3 Considerações Contemporâneas da Área da Ciência Política no Debate

A maior parte dos trabalhos posteriores ao de Inglehart sobre atitudes individuais utilizou o índice pós-materialista para testar a hipótese da relação positiva entre afluência e atitudes ambientalistas. O índice pós-materialista baseia-se nas escolhas de cada pessoa entre segurança física e desenvolvimento econômico, por um lado, e valores pós-materialistas, como a liberdade de expressão ou de lazer, por outro. Consequentemente, espera-se que as pessoas que defendem os valores democráticos tenham maior probabilidade de cuidar do ambiente. Na mesma lógica, os regimes democráticos têm sido associados a padrões ambientais mais elevados do que as autocracias, como consequência não só de incentivos institucionais, mas também de valores morais (Gleditsch, Sverdrup 2002; Povitkina, Jagers, 2022).

Como Daniel Lindvall (2021) afirma, democracia liberal se baseia no acordo popular e, portanto, reivindica uma superioridade moral sobre outros sistemas de governo. No entanto, os governos democráticos não fizeram e não estão fazendo o suficiente para mitigar a crise climática, e isso tem a possibilidade de refletir em consequências para a legitimidade da democracia. A falta de providências em relação à crise climática pode, dessa maneira, prejudicar a atratividade da democracia e ser usada como argumento por regimes autoritários para aumentar sua legitimidade – a ver pela ascensão do movimento ecofacista⁵, o qual não será aprofundado neste trabalho, mas que também clama o devido aprofundamento teórico em futuros trabalhos da área –.

Tendo isso em mente, a compreensão social-liberal da democracia liberal pode permitir a inclusão de liberdades e direitos baseados na moralidade (Povitkina, Jagers, 2022). Dessa forma, esse entendimento (ao menos teoricamente) abre a possibilidade de que um meio ambiente em condições saudáveis possa ser considerado um direito fundamental. Tal direito dificilmente seria plausível em um entendimento limitado da democracia liberal, pois isso seria imediatamente visto como uma violação de liberdades e direitos prioritariamente fundamentais dentro dessa perspectiva, como o direito à propriedade privada. Assim, é concebível que as democracias sociais-liberais tenham maior probabilidade de proteger o meio ambiente do que as democracias liberais mais restritivas e conservadoras (Povitkina, Jagers, 2022). Quanto mais forte for o status legal desse direito ambiental em um país, mais vigorosamente o governo poderá agir em benefício do meio ambiente, pois o que está em jogo é, na verdade, a garantia dos direitos iguais dos cidadãos a um meio ambiente saudável (Gleditsch, Sverdrup, 2003).

Em segundo lugar, há também uma série de razões, um pouco mais político-filosóficas, para supor que os governos de países nos quais a orientação ideológica e político-cultural é guiada por princípios mais social-liberais poderiam ter mais espaço para agir em benefício do meio ambiente. O mais notável é a possibilidade de estender vários princípios clássicos afirmados por alguns teóricos sociais-liberais (Jagers, 2007), como o princípio de não causar danos de Mill (1884), o entendimento generoso de Raz (1986) sobre a neutralidade do Estado, a igualdade de capacidades de Sen (1992), o princípio de preocupação e respeito iguais de Dworkin (1981) e o princípio de autonomia de Gewirth (1978).

⁵ O ecofascismo é uma ideologia política da direita extremista, que embora reconheça a crise ambiental, propõe soluções genocidas. A superpopulação humana e a migração são preocupações centrais, influenciados pelo pensamento de Thomas Malthus e pela ideologia nazista, a qual prezava pelo romantismo agrário e a relação entre raça e solo, como no slogan “*blood and soil*”.

As perspectivas da democracia ambiental podem ser descritas em um continuum entre a democracia ecológica e a democracia ambiental, conforme proposto por Eckersley (2019). As teorias que se aproximam da extremidade da escala da democracia ambiental tendem a sugerir que a democracia liberal seria melhor na geração de desenvolvimento sustentável se as instituições existentes fossem reformadas e se o capitalismo incorporasse valores ambientais em maior grau e expandisse a governança participativa. Em vez disso, as perspectivas teóricas que se voltam para a democracia ecológica tendem a estabelecer uma crítica mais fundamental de todo o ambientalismo liberal-democrático e, com frequência, defendem agendas consideravelmente mais transformadoras, participativas, cosmopolitas e ecocêntricas (Agyeman *et al*, 2016; Biermann, Gupta, 2011; Kramarz, Park, 2016; Pickering *et al*, 2020). Nessa literatura normativa mais recente, também encontramos sugestões de formas de democracia específicas para cada questão, como a democracia do carbono, em que se argumenta que a ascensão das democracias modernas está entrelaçada com o desenvolvimento das indústrias de combustíveis fósseis, dificultando a descarbonização das democracias existentes (Mitchell, 2011) e a democracia energética, preocupada em descobrir caminhos para o objetivo normativo de democratizar a produção e o consumo de energia (Szulecki, 2018).

Dois argumentos principais podem ser identificados na literatura acadêmica quanto à relação elaborada por Inglehart. Em primeiro lugar, a emergência de um ambientalismo generalizado nos países em desenvolvimento tem sido apontada como um grande desafio para esta hipótese (Brechtin, Kempton, 1994). Em segundo lugar, os testes empíricos sobre a opinião pública têm frequentemente mostrado resultados contraditórios sobre o tema (Dunlap, York, 2012; Kim, Wolinsky-Nahmias, 2014; Mildenerger, Leiserowitz, 2017; Mostafa, 2013). Além disso, trabalhos anteriores sugerem que explica com sucesso a emergência do ambientalismo nos países desenvolvidos, mas não consegue prever as posições ambientais no Sul Global⁶ (Dunlap, York, 2012). É, portanto, possível questionar e rever o modelo utilizado até então com base no que pode-se observar na empiria, pela mudança não somente na sociedade mas também nas formas de ativismo político que se observa hoje, graças à nova situação ambiental do planeta.

⁶ Termos como “Sul Global”, “Terceiro Mundo” ou “países em desenvolvimento” têm sido frequentemente usados indistintamente como sinônimos. Mesmo havendo diferentes definições, a maioria delas refere-se “aos africanos, asiáticos e latino-americanos, isto é, aos povos dos países localizados aproximadamente em três continentes do sul e que partilham uma história de subdesenvolvimento e colonialismo” (Braveboy-Wagner, 2009, pág. 2).

Tradicionalmente, os partidos políticos que se vinculam a valores ambientalistas, além de serem mobilizadores pivotais de movimentos sociais com as mesmas ideias, têm desempenhado um papel fundamental na articulação e promoção de políticas ambientais. No entanto, o apoio e a priorização das questões ambientais por parte dos partidos muitas vezes estão sujeitos a interesses políticos e econômicos conflitantes, o que pode levar a uma abordagem fragmentada e inconsistente em relação à proteção do meio ambiente. Além disso, a maneira como os eleitores percebem e priorizam as questões ambientais pode influenciar diretamente sua escolha de candidatos e partidos políticos, moldando assim a agenda política em torno das questões ambientais. Essa relação entre voto, partidos políticos e agenda verde ambientalista é fundamental para compreendermos não apenas a formulação de políticas ambientais, mas também os desafios enfrentados na implementação eficaz dessas políticas. O negacionismo climático se alimenta justamente dessa falta de diálogo entre sociedade e esfera política e se agrava em cenários de polarização política.

O fenômeno social denominado “negacionismo climático”, por exemplo, é um projeto que se materializa na medida em que a ciência falha em estabelecer o debate público, algo que os autores dos ESCT alertaram desde a criação do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Nesse sentido, o problema do negacionismo climático não nasce da tentativa de trazer a epistemologia para a população geral, no qual supostamente ficaria à mercê dos ataques infundados de grupos políticos, e sim da falta de diálogo com a sociedade a respeito de seus anseios e demandas em relação aos problemas ambientais (Fleury *et al*, 2019). Há, todavia, de se ressaltar que, para além do negacionismo científico, também são identificadas outras formas de rechaço à realidade climática, como a inação e o ceticismo, mas que por mais que seja uma atitude frente a um objeto político, possui mais estudos na área da Psicologia Ambiental.

2.4 Debates Interdisciplinares Sobre o Comportamento Ambientalista

Nos EUA, as questões ambientais começaram a receber cada vez mais atenção na década de 1960 e, em seguida, passaram a ocupar um lugar de destaque na agenda pública com a celebração maciça do primeiro “Dia da Terra”, em 22 de abril de 1970, a maior manifestação da história do país. Não é de surpreender que uma das primeiras reações dos sociólogos ao surgimento da qualidade ambiental como um problema social e uma questão social importante tenha sido examinar a opinião pública em relação às questões ambientais. Uma das primeiras prioridades dos sociólogos foi examinar as características sociais e

políticas associadas às opiniões pró-ambientais, em um esforço para esclarecer as fontes sociopolíticas da preocupação pública com a qualidade ambiental (Buttel, Flinn, 1974). No final da década de 1970, havia um número suficiente de estudos desse tipo para estabelecer generalizações empíricas sobre as “bases sociais” das opiniões pró-ambientais nos EUA. A educação (positiva), a idade (negativa) e a ideologia política (liberalismo) foram os melhores preditores, seguidos pela residência (urbana) e identificação com o partido político (democrata), e esses preditores permaneceram estáveis por pelo menos mais uma década (Van Liere, Dunlap, 1980; Jones, Dunlap, 1992). É digno de nota, pelo menos nos EUA, o fato de que, desde a década de 1990, a ideologia política e a identificação partidária se tornaram os preditores mais fortes das atitudes ambientais em geral (McCright, Xiao, Dunlap, 2014) e das opiniões sobre mudanças climáticas em particular (McCright, Dunlap, 2011).

Mas duas outras contribuições iniciais dos sociólogos foram: (1) esclarecer o conceito de “atitudes ambientais” ou “preocupação ambiental”, que o sociólogo holandês Peter Ester (1981) observou serem comumente equiparados – e que outros, como o sociólogo alemão Brand (1997), preferiram rotular de “consciência ambiental” –, e desenvolver medidas mais sofisticadas e com vários itens; e (2) empregar e desenvolver modelos sociopsicológicos para prever essa preocupação e comportamentos pró-ambientais (Ester, Van der Meer, 1982). Com o passar do tempo, houve um grande esforço para esclarecer a natureza do conceito de preocupação ambiental e sua operacionalização (Dunlap, Jones, 2002; Heberlein, 2012; Schaffrin, 2011). As primeiras tentativas de desenvolver operacionalizações mais sofisticadas da preocupação ambiental empregando medidas de vários itens (Van Liere, Dunlap, 1981) foram bastante ampliadas com o uso da análise fatorial confirmatória (CFA) e da modelagem de equações estruturais (Xiao, Dunlap, 2007; Marquart-Pyatt, 2015). Mas grande parte do interesse em compreender a preocupação ambiental decorreu da suposição de que ela estaria relacionada a comportamentos ambientais, e Heberlein (1972) merece crédito como o primeiro sociólogo (pelo menos nos EUA) a aplicar uma teoria sociopsicológica estabelecida – o “modelo de ativação de normas” (Norm Activation Model, ou NAM) – em um esforço para explicar comportamentos pró-ambientais.

O NAM propõe que dois fatores afetam a ativação de normas pessoais que incentivam ações de economia de energia. Primeiro, as pessoas devem estar cientes dos problemas ambientais causados pelo uso de energia (consciência das consequências). Ou seja, elas devem reconhecer que o alto consumo de energia leva a problemas ambientais, como a mudança climática. Em segundo lugar, as pessoas devem ter a sensação de que podem ajudar a reduzir ou resolver esses problemas mudando seu comportamento (eficácia do resultado).

Ou seja, elas devem perceber que os problemas ambientais diminuirão se elas reduzirem seu consumo de energia.

Após o estudo de Heberlein (1972), um debate sobre se os resultados da aplicação do NAM sugeriam ou não o surgimento de uma “ética da terra”, como ele afirmava (Dunlap, Van Liere, 1977; Heberlein, 1977), esclareceu a distinção entre as consequências humanas e ambientais dos comportamentos ambientais - uma distinção creditada por estimular a busca por valores “biosféricos”⁷ juntamente com valores “egoístas” e “altruístas” mais tradicionais (Stern, Dietz, Kalof 1993; Stern, Dietz, 1994). Essa distinção tripartite já é relativamente estabelecida e é amplamente empregada nos esforços para explicar os comportamentos ambientais tanto na psicologia política quanto na sociologia política (Groot, Steg, 2008).

A utilização de modelos sociopsicológicos para compreender e analisar comportamentos ambientais é uma das maiores contribuições da Psicologia Ambiental para o debate. Na área da psicologia ambiental, o comportamento sustentável refere-se a um conjunto de ações intencionais e eficazes que visam proteger tanto o ambiente natural quanto o ambiente social humano a partir de uma perspectiva centrada na dimensão analítica individual (Bechtel, Arza, 2002). Esse comportamento é caracterizado por ser deliberado e orientado para o futuro, considerando as necessidades das gerações presentes e futuras. Ele aborda a conservação não apenas dos recursos naturais, mas também dos recursos humanos, incluindo aspectos sociais, culturais, de sobrevivência e bem-estar subjetivo das pessoas. Já o comportamento pró-ambiental, também chamado de pró-ecológico, é uma parte específica do comportamento sustentável que se concentra principalmente na proteção do ambiente natural. Essas ações englobam uma variedade de condutas que resultam na conservação de recursos naturais, como reciclagem, compostagem, economia de energia, conservação de água, práticas de consumo responsável, entre outras.

Posteriormente ao trabalho de Heberlein (1972) houve uma série de extensões do modelo original desenvolvido por Stern, Dietz e colegas (Stern, Dietz, Black, 1985; Stern, Dietz, Guagnano, 1995), que evoluiu para o modelo valor-norma-crença (VBN) (Stern, Dietz, Guagnano, 1995; Dietz, Abel, Guagnano, Karloff, 1999). A VBN inclui medidas de três tipos de valores, crenças – mais comumente medidas pela escala do Novo Paradigma Ecológico (NEP) (Dunlap, 2008) – e normas (conforme sugerido originalmente por Heberlein), e se tornou o modelo teórico mais amplamente utilizado para explicar comportamentos

⁷ O conceito de valor biosférico é definido como uma orientação de valor na qual “as pessoas julgam os fenômenos com base nos custos ou benefícios para os ecossistemas ou para a biosfera” (Stern, Dietz, 1994, p. 70).

pró-ambientais, embora mais frequentemente por psicólogos do que por sociólogos neste momento (por exemplo: Steg, Dreijerink, Abrahamse, 2005).

Evidentemente, várias outras perspectivas sociopsicológicas, inclusive a teoria da escolha racional e a teoria do comportamento planejado (Diekmann, Schmidt, 1998; Oreg, Katz-Gerro, 2006), também são usadas pelos sociólogos na análise de comportamentos ambientais individuais. Além disso, na Europa, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, grande parte da atenção foi voltada para a explicação de comportamentos políticos, como o apoio a partidos verdes e o envolvimento em movimentos antinucleares (Rootes, 1997), enquanto que, mais recentemente, a ênfase nas análises de comportamentos ambientais em nível individual foi complementada por análises de práticas ambientais (Spaargaren, 2011).

Na década de 1990, quando os sociólogos estavam fazendo contribuições para a compreensão dos comportamentos ambientais, também ocorreu um importante desenvolvimento crítico no trabalho sociológico sobre a preocupação ambiental: o surgimento de estudos transnacionais sobre a preocupação dos cidadãos com o meio ambiente. Em seguida, houve a Pesquisa sobre a Saúde do Planeta (HOP) de 1992 da Gallup, a ISSP de 1993, com um módulo ambiental, bem como a onda de 1990-1993 da Pesquisa Mundial de Valores (WVS), que incluiu alguns tópicos relacionados ao meio ambiente, fornecendo dados para comparações entre países sobre a preocupação com o meio ambiente. Em contrapartida, os indicadores de preocupação ambiental nessas pesquisas não eram ideais, pois foram concebidos mais como medidas de opinião pública do que de atitudes ambientais.

Essa nova riqueza de conjuntos de dados multinacionais estimulou um grande interesse sociológico em estudos de preocupação ambiental em nível transnacional (e quase internacional). Uma das primeiras questões abordadas foi o impacto da afluência nacional e dos valores pós-materialistas (Inglehart, 1995) sobre a preocupação dos cidadãos com o meio ambiente, já que trabalhos anteriores na Europa sugeriram que o ambientalismo surgiu em grande parte da afluência pós-Segunda Guerra Mundial e dos valores pós-materialistas que desafiaram a tese dos valores pós-materialistas, já que em muitas dimensões da preocupação ambiental os cidadãos de nações pobres se mostraram mais preocupados do que seus colegas ricos (Dunlap, Gallup, Gallup, 1993; Brechin, Kempton, 1994; Dunlap, Mertig, 1995), o que levou a um grande debate (com seis contribuições) sobre o papel dos valores do MP na geração da preocupação ambiental internacional em um Fórum de março de 1977 na *Social Science Quarterly*. Esses e outros estudos (Knight, Messer, 2012) deixam claro que as relações entre afluência (e valores pós-materialistas) e preocupação ambiental podem variar, dependendo de como a preocupação é medida, com os itens de disposição a pagar muitas

vezes produzindo resultados diferentes daqueles que medem a percepção da gravidade dos problemas ambientais ou dos riscos que eles representam.

Outra abordagem teórico-metodológica utilizada por pesquisadores da psicologia e da sociologia ambiental foi demonstrada no trabalho de O'Connor *et al* (2002) utiliza uma abordagem de modelo heurístico⁸ para comparar explicações cognitivas, econômicas e partidárias sobre quem apoia as reduções nas emissões climáticas. A área de investigação hoje conhecida como Heurísticas e Vieses provém de pesquisas em Psicologia datadas das décadas de 1950 e 1960, que demonstraram que os julgamentos humanos são menos coerentes que modelos matemáticos como aquele proposto pelo Teorema de Bayes e pela Teoria da Escolha Racional (Lohmann, 2008). Em 1954, Edwards documentou substanciais discrepâncias entre a inferência humana e os modelos de Bayes. Em 1955 e 1956, Simon desenvolveu sua teoria da Racionalidade Limitada, que postulava que as pessoas buscam soluções que satisfaçam suas aspirações e, então, simplificam a procura de solução para um problema decisório, haja vista as limitações de tempo e de trabalho mental humano (Hammond, 2000).

O'Connor *et al* (2002) afirmam que as chamadas explicações cognitivas de apoio à redução das emissões de gases com efeito de estufa são mais poderosas do que as heurísticas econômicas ou partidárias.

As pessoas querem reduzir as emissões se compreenderem as causas das alterações climáticas, se perceberem os riscos substanciais das alterações climáticas se as temperaturas médias da superfície aumentarem, e se pensarem que as políticas de mitigação das alterações climáticas não lhes custarão os seus empregos (O'Connor *et al*, 2002).

Os autores concluíram que as pessoas que conseguem identificar com precisão as causas das alterações climáticas e que esperam cenários climáticos futuros negativos têm maior probabilidade de apoiar ações governamentais e voluntárias. De outro modo, o psicólogo social de Stanford, Jon Krosnic, estudou vários aspectos da relação entre eficácia, preocupação e vontade de agir. Em um trabalho sobre a percepção pública das alterações climáticas, Krosnic *et al* (2006) observam que as pessoas deixaram de prestar atenção às mudanças climáticas globais quando perceberam que não existe uma solução fácil para elas. Em vez disso, observaram que muitas pessoas consideraram graves apenas os problemas para os quais pensam que podem ser tomadas medidas. Parte dessa mentalidade é influenciada pelo

⁸ Plous (1993) conceitua as heurísticas como regras gerais de influência utilizadas pelos sujeitos para chegar aos seus julgamentos em tarefas decisórias de incerteza e cita, como vantagens de utilização, a redução do tempo e dos esforços empreendidos para que sejam feitos julgamentos razoavelmente bons. As heurísticas reduzem a complexidade das tarefas de acessar probabilidades e predizer valores a simples operações de julgamento. Geralmente, as heurísticas são úteis, mas, por vezes, podem levar a erros severos e sistemáticos (Tversky, Kahneman, 1974).

discurso das estruturas globais de dominação, partindo para uma discussão hegeliana essencial para o aprofundamento do tema, mas que todavia vai além das dimensões de análise que este trabalho se propõe a abarcar.

Uma adição valiosa nesse aspecto é a categorização feita por Kari Norgaard (2009) das quatro principais hipóteses de por que há tão pouca participação pública na questão política das mudanças climáticas se apresenta como um ótimo complemento, que já foi tema de estudos na área da ciência política através do paradoxo da inação (Brandão, 2019). Ela foi elaborada a partir da revisão bibliográfica das principais áreas relacionadas ao comportamento sustentável – psicologia, psicologia social, sociologia e pesquisas de opinião política –. São eles:

- 1) as pessoas não sabem o suficiente para perceber o perigo;
- 2) as pessoas não se importam o suficiente para agir;
- 3) existe uma hierarquia de necessidades e as alterações climáticas não são uma necessidade imediata;
- 4) as pessoas confiam que o governo resolverá o problema.

As principais conclusões do trabalho de Kari Norgaard (2009) enfatizam a presença de emoções negativas em conjunto com o aquecimento global (medo, culpa e desamparo), e o processo de gestão de emoções e normas culturais na construção de uma realidade social em que as alterações climáticas são mantidas à distância. As barreiras na resposta às alterações climáticas foram colocadas por Norgaard em três grandes categorias: 1) psicológicas/conceituais, 2) sociais e culturais e 3) estruturais (economia política). Sugerindo como a área da Psicologia Ambiental, Sociologia Ambiental e da Cultura Política poderiam dialogar.

A modelação multinível permite aos pesquisadores ir além da análise do desempenho econômico e da opinião pública, testando através da incorporação de diferentes variáveis do país, tais como urbanização, densidade populacional, democratização, desigualdade e posição na organização política mundial (Marquart-Pyatt 2012), permitindo testes de uma ampla gama de perspectivas teóricas a nível macro (Hadler, Haller, 2011; Knight, Messer, 2012; Givens, Jorgenson, 2013; Jorgenson, Givens, 2014) para além dos valores pós-materialistas. E, de forma crucial, também permitiu que os pesquisadores examinassem os possíveis efeitos dos indicadores das condições ambientais dos países (níveis de poluição, pegadas de carbono, etc.), transformando assim os estudos de preocupação ambiental em análises das interações socioambientais (há muito tempo consideradas o núcleo da sociologia ambiental).

O fato de muitos dos itens ambientais das pesquisas WVS e ISSP terem sido usados em ondas subsequentes está começando a permitir análises longitudinais valiosas que acrescentam mais informações sobre os efeitos das condições econômicas sobre a preocupação ambiental (Fairbrother, 2012; Knight, Messer, 2012), e espera-se que futuros estudos longitudinais tragam mais clareza à questão da preocupação ambiental. Como tais bibliografias não trazem a América do Sul como fator relevante para ponderar tais afirmações, uma grande lacuna é identificada nessa bibliografia. Antes de replicar os modelos para compreender a situação da região, é primeiro necessário verificar se tais hipóteses realmente se fazem coerentes na conjuntura sul-americana.

Como Riley Dunlap (2017) no prefácio do livro *Green Europeans*:

[Este livro salienta a] importância de analisar diferentes dimensões da preocupação ambiental (incluindo percepções de riscos ambientais) e criar medidas com técnicas apropriadas, como a CFA, e até mesmo examinar se as medidas são equivalentes entre as nações; um interesse especial em compreender as fontes de comportamentos ambientais e ambientalismo; o uso de modelagem multinível para investigar os efeitos de uma ampla gama de fatores individuais e nacionais (incluindo condições ambientais); o uso de análises longitudinais; e a aplicação de uma ampla gama de perspectivas teóricas apropriadas, desde as bem estabelecidas, como a teoria do pós-materialismo de Inglehart e a teoria da sociedade de risco⁹ de Beck, até noções inovadoras como Histerese¹⁰.

Majoritariamente, a literatura especializada no comportamento ambientalista, também chamado de comportamento sustentável, está concentrada na área da psicologia ambiental, a qual explora a relação entre os seres humanos e o mundo externo, sobretudo o meio-ambiente. Entretanto, quando nos voltamos para o campo da ciência política, o diálogo entre essas áreas é escasso, tendo em vista que apenas se analisa o comportamento eleitoral e a relação entre voto, partidos políticos e a agenda verde. O diálogo entre a área de psicologia ambiental e cultura política é vital para pensar uma possível cultura política que dialogue de maneira adequada com o comportamento ambiental desejável em função das metas climáticas acordadas internacionalmente. Isso destaca a necessidade de uma perspectiva mais sofisticada e interdisciplinar que leve em conta os aspectos políticos.

3 DESAFIOS, PERSPECTIVAS E OPORTUNIDADES: O DEBATE LATINO-AMERICANO SOBRE MEIO AMBIENTE NA CIÊNCIA POLÍTICA

⁹ Sociedade de risco é um termo usado para descrever a maneira pela qual a sociedade moderna se organiza em resposta ao risco. O termo foi criado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck em seu livro *Risikogesellschaft* (1986).

¹⁰ A teoria do “efeito de histerese cultural” mostra como as estruturas culturais e sociais herdadas do passado podem influenciar as atuais faces do ambientalismo na Europa.

O debate sobre meio ambiente tem sido crescentemente abordado de forma interdisciplinar no mundo e na América Latina, com contribuições significativas oriundas majoritariamente da sociologia e da antropologia, especialmente na crítica ao extrativismo (Svampa, 2013; Gudynas, 2013). No entanto, a ciência política, em geral, e a cultura política, de maneira específica, estão gradualmente construindo uma agenda de pesquisa mais robusta, tanto em termos de opinião pública quanto de políticas públicas sobre mudanças climáticas. Enquanto isso, a cultura política, embora tenha avançado nas últimas décadas, ainda enfrenta desafios metodológicos e teóricos, particularmente nos estudos latino-americanos.

O comportamento eleitoral na América Latina é frequentemente caracterizado por uma mistura de personalismo político, desconfiança nas instituições democráticas e polarização ideológica. Autores como Baquero, Castro e Ranincheski (1997) destacam a influência das imagens políticas e atributos pessoais dos candidatos na decisão do voto. Essa dinâmica eleitoral molda a forma como as questões ambientais são abordadas, muitas vezes priorizando interesses de curto prazo sobre preocupações de longo prazo com o meio ambiente.

Patricio Yamin Vazquez (2020), por exemplo, investigou se os motivadores de atitudes ambientalmente sustentáveis são os mesmos no Norte Global em comparação com o Sul. Seu estudo revelou que, nos países em desenvolvimento, como os da América Latina, a preocupação ambiental está mais associada a atitudes diferentes a dos países desenvolvidos – descoberta que será desenvolvida ao longo desse capítulo –. Esse cenário destaca a importância de uma análise contextualizada para entender como as mudanças nos valores individuais se relacionam com a evolução democrática em diferentes sociedades.

3.1 Meio Ambiente Como Objeto Político Na América Latina

A forma como a sociedade lida com as mudanças climáticas envolve uma miríade de decisões políticas, econômicas e comportamentais, desde a formulação de políticas públicas até a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano. Portanto, a percepção pública das mudanças climáticas e suas dimensões sociopolíticas são cruciais para orientar ações eficazes em direção à mitigação e adaptação.

Diante da crescente urgência das questões ambientais na América Latina, a tradição desde a Sociologia Política de discutir tais problemas em termos de economia política, especialmente no contexto do extrativismo, tem desempenhado um papel fundamental na compreensão dos desafios enfrentados pela região. Gudynas (2013), ao abordar o conceito de extrativismo e sua relação com violações de direitos, ressalta a importância de caracterizar os

estilos de desenvolvimento dos países latino-americanos e avaliar as ações governamentais nesse sentido. Da mesma forma, o trabalho de Svampa (2013) sobre o Consenso das Commodities destaca os conflitos sociais, econômicos e ambientais gerados pelo neo-extratativismo na região. Esses estudos apontam para a complexidade das relações entre Estado, empresas e sociedade civil, destacando a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento e as políticas públicas voltadas para o meio ambiente.

A cultura política latino-americana, conforme delineada por estudos como os de Marcello Baquero (2008), mostra predominância da baixa sofisticação política entre os eleitores da região, apresentando desafios na formação de opiniões políticas coerentes e uma compreensão limitada dos processos políticos. Além disso, Baquero, Castro e Ranincheski (2018) ressaltam que, a noção de democracia inercial no Brasil, e que pode ser observado em outros países latino-americanos, destacada nesse contexto, emerge de uma cultura política híbrida, onde as instituições muitas vezes carecem de credibilidade e legitimidade. Esses estudos ressaltam a importância de considerar não apenas os procedimentos formais, mas também os desafios subjacentes relacionados à cultura política e ao estudo do meio ambiente como objeto político, no Brasil e na América Latina como um todo.

Por outro lado, a análise do comportamento político eleitoral e das opiniões públicas em relação às questões ambientais revela a diversidade de perspectivas e desafios enfrentados na América Latina. Estudos como os de Pinto, Pires e Georges (2020) e Balbé e Carvalho (2017) destacam a percepção e a consciência dos cidadãos latino-americanos sobre as mudanças climáticas e a influência da mídia e da política nesse debate. Além disso, pesquisas como as de Santini e Barros (2022) e Polino (2019) oferecem insights sobre o fenômeno do negacionismo climático e as diferentes atitudes em relação ao meio ambiente na região. Esses estudos ressaltam a importância de uma abordagem multidisciplinar e contextualizada para entender as dinâmicas políticas e sociais em torno das questões ambientais na América Latina, enfatizando a necessidade de políticas públicas e ações coletivas que promovam a sustentabilidade e o bem-estar da população e do meio ambiente.

3.2 Cultura Política Latino-Americana e Sua Relação com o Meio Ambiente

Os primeiros estudos acadêmicos importantes sobre o que os cidadãos de todo o mundo entendem sobre as alterações climáticas foram realizados por Bostrom *et al* (1994), Bord, Fisher e O'Connor (1998) e Dunlap (1998). Em 1994, Bostrom e seus co-autores usaram uma abordagem de “modelo mental” para avaliar a compreensão estadunidense da

ciência climática. Eles relatam “desinformação generalizada em relação à mudança climática no público em geral, incluindo confusão entre o buraco de ozônio e a mudança climática global e entre tempo e clima”. Os autores também relataram confusão dos participantes com relação às causas das mudanças climáticas: “o uso de automóveis, o calor e as emissões de processos industriais, latas de spray de aerossol e a poluição em geral foram frequentemente percebidos como as principais causas do aquecimento global”.

Alguns anos depois, dois estudos internacionais comparativos foram publicados em 1998. Bord, Fisher e O'Connor (1998) analisam dados de pesquisas sobre os Estados Unidos e comparam os resultados com os internacionais obtidos pela pesquisa Gallup de 1992, que inclui o Brasil. Esses dados abarcam o nível de conhecimento público, a preocupação, o risco percebido e a “disposição de pagar” relativamente ao aquecimento global. Embora os autores encontrem “uma sólida consciência e apoio aos objetivos ambientais gerais” e alguma medida de consciência e relativa preocupação ao aquecimento global, também encontraram uma fraca compreensão generalizada das mudanças climáticas no público em todo o mundo. Da mesma forma, Dunlap (1998) relata os resultados da pesquisa Gallup de 1992 realizada no Canadá, nos EUA, no México, no Brasil, em Portugal e na Rússia sobre as percepções públicas do aquecimento global. A maioria dos entrevistados não entendia bem a ciência climática. Em particular, o estudo revelou, tal como outros, confusão entre mudanças climáticas e destruição da camada de ozônio. Dunlap considera que o público estava “mal-informado sobre o aquecimento global” (1998, pág. 498).

No início da década de 2000, os trabalhos de Nisbet e Myers (2007) e Brechin (2003) fornecem uma cobertura atualizada da extensão do conhecimento público sobre a ciência climática. Brechin (2003) compila *surveys* de opinião pública sobre a compreensão pública das mudanças climáticas de 15 países entre 1991 e 2001. Eles concluíram que mesmo à medida que aumenta o consenso científico sobre a ciência do clima, o conhecimento sobre as causas das mudanças climáticas por parte do público é mínimo. Brechin encontra uma maior compreensão pública em relação às causas das mudanças climáticas ao longo da década de 1991 a 2001, no entanto, os cidadãos de todas as nações estudadas permanecem em grande parte uniformizados. Na survey de 2001, os cidadãos do México eram os que mais sabiam sobre as causas das mudanças climáticas, mas, mesmo nesse caso, apenas um quarto dos entrevistados identificou corretamente a queima de combustíveis fósseis como a principal causa do aquecimento global. Os estadunidenses, que estavam empatados com os brasileiros em 15%, estavam na classificação mediana dos grupos.

Bord, Fisher e O'Connor (1998) também analisaram dados de *surveys* internacionais sobre o conhecimento público, a preocupação, o risco percebido e a disposição a pagar relativamente ao aquecimento global. Eles descobriram que naquela época a preocupação era maior no Canadá, na maior parte da Europa e na América do Sul, concluindo que, ao menos nas nações ricas, poucas pessoas viam a relação entre as alterações climáticas e a vida quotidiana (Norgaard, Rudy 2008).

Patrício Yamin Vazquez (2020) propôs a identificar se os motivadores de atitudes ambientalmente sustentáveis são os mesmos no Norte Global do que no Sul. Diante disso, o trabalho de Yamin aborda o impacto dos valores políticos nos níveis de preocupação ambiental nos países classificados como em desenvolvimento, com foco particular na América Latina, usando dados de pesquisas mundiais para testar as explicações acadêmicas mais extensas e sua resiliência quando são aplicadas no Sul Global. Yamin indica que o efeito da ideologia é inverso nos países ditos em desenvolvimento do que nos industrializados. Ou seja, a preocupação com o impacto ambiental está fortemente associada à ideologia de esquerda nos países desenvolvidos e, no Sul Global, está ligada a atitudes orientadas para o mercado e de direita. No entanto, pesquisas em contextos latino-americanos mostram que o aumento moderado do pós-materialismo não tem um impacto significativo na evolução da democracia e da participação política. Portanto, essa teoria requer uma análise contextualizada para entender como as mudanças nos valores individuais se relacionam com a evolução democrática em diferentes sociedades.

Cabe ressaltar que uma das primeiras propostas analíticas para analisar a cultura política latino-americana sobre temas meio-ambientais a partir das especificidades locais é a abordagem de Castro, Ranincheski e Capistrano (2015) que abordam as preocupações meio-ambientais como um dos temas da globalização. Os autores mostram que os cidadãos latino-americanos dão uma alta importância ao meio ambiente em um contexto no qual este tema está em discussão na arena regional e global. Assim, em um contexto de discussão do neo-constitucionalismo latino-americano sobre direitos da natureza e de a manutenção de conflitos sociais vinculados ao extrativismo local. A hipótese dos autores é que parte das preocupações meio ambientais provém da influência do debate internacional sobre meio-ambiente na arena local, porém seriam interpretadas de formas diferentes dependendo dos valores das populações, configurando assim percepções locais sobre o problema.

Assim, extrapolando as conclusões dos autores, pode-se propor como hipótese analítica que parte dos cidadãos preocupados com o meio-ambiente aderem a causa de uma

adesão a valores globalizados, devido ao contato com a mídia e discursos globais, sem necessariamente ter atingido um nível de segurança existencial que os afastaria de preocupações materialistas. Por outro lado, também é necessário compreender as preocupações ambientalistas como preocupações de certos setores como resistência à ordem hegemônica, particularmente das diversas populações afetadas pelos conflitos socioambientais, e, portanto, como valores de resistência à globalização ou mais próximos do altermundialismo, evidenciando assim a necessidade de aprofundar as pesquisas a partir das características da cultura política da região.

A cultura política latino-americana, conforme delineada pelos estudos de Marcello Baquero (2008), apresenta predominância da baixa sofisticação política entre os eleitores da região, apontando desafios na formação de opiniões políticas coerentes e um entendimento limitado dos processos políticos. O autor também identifica uma estagnação nas atitudes políticas, especialmente entre aqueles com baixa sofisticação política, destacando os obstáculos para o engajamento político informado na América Latina. A noção de “democracia inercial” no contexto brasileiro, e latino-americano de maneira geral, emerge de uma cultura política híbrida, onde as instituições frequentemente carecem de credibilidade e legitimidade, gerando um sentimento de desconfiança política na população. Tendo isso em mente, duas características presentes da cultura política latino-americana se destacam como grandes agravantes da desconfiança política na região: o autoritarismo e o conservadorismo. Cada uma o faz à sua maneira, se por um lado o conservadorismo preza pela manutenção do status quo e, portanto, pode ser avesso à mudanças na ordem social e política, o autoritarismo busca a centralização do poder e a imposição de uma ordem social hierárquica.

Estimulando a resistência à mudança social e prezando pela manutenção de valores tradicionais, o conservadorismo além de aumentar a desconfiança política, também pode ser um fator agravante para o negacionismo. A definição de conservadorismo situacional de Huntington (1957) afirma que ele consiste em uma ideologia decorrente de um tipo de situação histórica em que um desafio fundamental é dirigido às instituições estabelecidas e em que os partidários dessas instituições empregam a ideologia conservadora em sua defesa. Assim, o conservadorismo é o sistema de ideias empregado para justificar a ordem social estabelecida, que valoriza a manutenção do *status quo* e a preservação das tradições, o que pode gerar resistência a mudanças políticas e sociais que possam ser percebidas como ameaças aos valores conservadores. (Huntington, 1957). A essência do conservadorismo, segundo Huntington é, então, a apreciação do valor das instituições existentes. Essa

resistência à mudança pode alimentar a desconfiança em relação às propostas políticas que buscam promover a igualdade, os direitos civis ou outras formas de progresso social.

O conservadorismo difere de todas as outras ideologias (exceto o radicalismo): falta-lhe o que pode ser chamado de ideal substantivo (Huntington, 1957). A maioria das ideologias postula alguma visão de como a sociedade política deve ser organizada. As palavras "liberalismo", "democracia", "comunismo", "fascismo", todas transmitem uma insinuação sobre como deveria ser a distribuição de poder e outros valores na sociedade. Entretanto, o conservadorismo é fortemente associado à direita e à extrema-direita, sendo mais benéfico para a elite, mas cuja crença não se restringe somente a ela. À medida que os movimentos políticos de extrema-direita ganham força no Ocidente e em partes da Ásia, o populismo é muitas vezes associado com posições políticas que rejeitam acordos internacionais e apoiam o isolamento econômico (Inglehart, Norris, 2016).

A direita conservadora latino-americana, portanto, tem apresentado um sucesso crescente. Uma das primeiras explicações seria o processo de globalização capitalista neoliberal, além de um forte e intenso processo de homogeneização cultural forçada (Matos-Souza, 1999). Tal processo, que produz e reproduz, em escala micro – intra estatal – e macro, regional e internacional, os chamados pânicos de identidade (*identity panics*) (Löwy, 2015), que nada mais são do que a busca incessante e obsessiva por fontes e raízes. Essa busca por referências externas está diretamente relacionada à formação do Estado e à hegemonia da dominação cultural, utilizando conceitos gramscianos, e isso afeta profundamente as decisões políticas de tal sociedade.

Decorrente disso, também é a ascensão de movimentos extremistas da direita conservadora, que têm seus efeitos mais catastróficos onde a democracia ocidental ainda não criou raízes profundas e custa a encontrar eco em meio a falta de coesão social – e, evidentemente, de um pensamento vindo a partir da própria região – como é o caso da América Latina. Com isso, a propagação de valores reacionários de uma parte significativa da população latino-americana pode ser observada, não só da pequena burguesia, como também as pessoas de menor nível educacional, desempregados, a classe trabalhadora como um geral e a juventude (Löwy, 2015). O conservadorismo manifestado pela juventude é contraproducente a todo o funcionamento histórico de revoluções e pensamentos vanguardistas, que têm por característica a protagonização de personalidades jovens e desafiantes do *status quo*, em especial quando o Estado em questão se encontra na América Latina, que possui raízes revolucionárias mesmo com as ondas de autoritarismo e extremismo.

Ademais, o autoritarismo na América Latina contribui para uma cultura de desconfiança política ao minar as instituições democráticas e concentrar poder nas mãos de poucos. Esse autoritarismo histórico deixou um legado de desconfiança nas instituições democráticas e uma cultura política marcada pela fragmentação e falta de coesão social. Borba (2001) destaca como regimes autoritários promoveram uma visão tecnocrática do Estado, marginalizando a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e enfraquecendo os mecanismos de representação política. Essa falta de confiança nas instituições democráticas muitas vezes se estende às questões ambientais, com governos autoritários priorizando o desenvolvimento econômico em detrimento da proteção ambiental.

Essa cultura de desconfiança política também se relaciona com a ideologia, que influencia a orientação de valores pessoais e o comportamento humano. O conservadorismo, por exemplo, pode promover uma visão de mundo baseada na desconfiança em relação a grupos ou ideias consideradas como "outros" ou "diferentes", alimentando atitudes xenófobas e intolerantes. Essa desconfiança em relação ao "outro" pode minar a coesão social e a confiança nas instituições democráticas.

Ainda não existe uma relação de causa-efeito considerada consolidada entre a confiança e o negacionismo, todavia já existem algumas relações estabelecidas na literatura, contigo, no contexto das mudanças climáticas, uma ideologia que acentua a desconfiança pode refletir na desconfiança da ciência, contribuindo para o fenômeno do negacionismo climático, como pode-se refletir através do seguinte excerto:

O negacionismo tende a se intensificar e a se multiplicar no mundo todo no contexto contemporâneo da pós-verdade, caracterizado como aquele [...] ambiente em que os fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais em formar a opinião pública. O fenômeno da pós-verdade está diretamente relacionado com a crise de autoridade que abalou a confiança da população nos mediadores tradicionais, particularmente a mídia, que estabelecia a comunicação entre cientistas, poder público e as pessoas (Bucci, 2019).

No caso das mudanças climáticas, uma ideologia que acentua a desconfiança também reflete na desconfiança da ciência, agravando o fenômeno do negacionismo – científico e climático –. Esse contexto ressalta ainda mais a necessidade de repensar os modelos teóricos através dos quais o comportamento sustentável vem sendo estudado e de aproximar a agenda de pesquisa da cultura política de modo com que o diálogo acadêmico aconteça. Mesmo tendo

o campo da cultura política avançado nas últimas décadas, o desenvolvimento da área em associação à teoria revisitada da modernização (Inglehart, Welzel, 2014) e seus desdobramentos – como, por exemplo, a teoria do backlash cultural (Norris, Inglehart, 2019) –, aparentam estar relutantes em desenvolver modelos teóricos e metodológicos que vão além do paradigma da cultura política moldado pelas perspectivas e narrativas do Norte global. Ao tratarem as mudanças culturais nesses contextos como algo universal, estão, mais uma vez, adotando uma visão normativa que se baseia em experiências equivocadamente concebidas como únicas, não levando em conta a ideia de que as distintas origens das culturas políticas ao redor do mundo podem resultar em variedades igualmente diversas de mudanças culturais (Castro, Santos, Beal, 2022).

4 CONCLUSÃO

A preocupação ambiental e a relação entre a humanidade e a natureza têm sido temas presentes nas reflexões humanas desde que se tem registro. No campo da ciência política, o debate sobre o meio ambiente iniciou por volta de três décadas atrás, relativamente recente quando comparado a outros tópicos da área. O campo da cultura política foi um dos primeiros a abordar a questão ambiental. Um estudo importante relacionando a preocupação ambiental com a afluência econômica foi realizado em 1995 por Ronald Inglehart. Ele relacionou positivamente a preocupação ambiental com a riqueza econômica, argumentando que a segurança física e econômica são pré-requisitos para o surgimento de valores ambientalistas. No entanto, essa associação não explica totalmente a relação em regiões do sul global, como a América Latina. Portanto, a abordagem baseada nos valores materialistas e pós-materialistas não é suficiente para entender a preocupação ambiental nessas regiões.

A ciência política adotou uma abordagem comportamentalista no século XX, considerando os cidadãos como atores políticos nos sistemas políticos de massa. Isso levou ao estudo da interação entre indivíduos e política, resultando em avanços nas técnicas de pesquisa e análise de dados quantitativos. A ciência política também começou a se aproximar do campo da psicologia, abrindo caminho para o estudo do comportamento político. A partir dos anos 1980, surgiram pesquisas internacionais em larga escala (como o ISSP e o WVS) que medem atitudes e comportamentos sobre questões ambientais, essas pesquisas permitiram investigar as relações individuais e contextuais dessas atitudes e comportamentos de forma transnacional e longitudinal.

A relação entre os cidadãos e a mudança climática como objeto político requer um entendimento detalhado, e a cultura política tem espaço para contribuir na pesquisa nessa área. Além disso, a preocupação ambiental é influenciada tanto por fatores culturais subjetivos quanto por problemas objetivos, é resultado das experiências diretas das nações mais pobres e da mudança de valores das nações mais ricas, não conseguindo explicar o fenômeno no sul global. Trabalhos anteriores sugerem que o modelo usado até agora explica com sucesso o surgimento do ambientalismo nos países desenvolvidos, mas não consegue prever as posições ambientalistas no sul global. Portanto, é possível questionar e revisar o modelo usado até agora com base em evidências empíricas e na nova situação ambiental global.

Portanto, a explicação baseada em problemas objetivos e valores subjetivos não descreve totalmente a preocupação ambiental global e requer uma análise multinível e multidimensional, além de rever os modelos existentes e os contrapor com base em evidências – incluindo valores nacionais e regionais –. Além disso, a relação entre o voto, os partidos políticos e a agenda ambiental é fundamental para a compreensão da formulação de políticas ambientais e dos desafios enfrentados por sua implementação efetiva. O negacionismo climático decorre da falta de diálogo com a sociedade sobre seus desejos e demandas em relação às questões ambientais. Outras formas de rejeição da realidade climática, como a inação e o ceticismo, também exigem um estudo mais aprofundado no campo da psicologia ambiental.

No campo da Sociologia Ambiental, desde a década de 1990 a ideologia política e a identificação partidária se tornaram os melhores indicadores de atitudes ambientais em geral e de opiniões sobre mudanças climáticas. Além disso, os sociólogos tentaram esclarecer o conceito de "atitudes ambientais" e desenvolveram medidas mais sofisticadas para avaliar a preocupação ambiental, aplicando modelos sócio-psicológicos para prever esse tipo de preocupação e comportamento pró-ambiental. Um desses modelos, o "modelo de ativação de normas" (NAM), propôs que a consciência das consequências ambientais e a eficácia percebida do resultado influenciaram a ativação de normas pessoais que incentivam ações de economia de energia.

Já no campo da Psicologia Ambiental, pesquisadores usaram uma abordagem de modelagem heurística para comparar explicações cognitivas, econômicas e partidárias sobre apoio às reduções de emissões climáticas. Descobriu-se que as pessoas apoiam medidas governamentais e voluntárias se entenderem as causas e os riscos da mudança climática. Obstáculos à resposta às mudanças climáticas incluem emoções negativas, normas culturais e

economia política, mas, para isso, pesquisas longitudinais têm trazido clareza sobre o efeito das condições econômicas na preocupação ambiental, mas há uma lacuna na literatura que não inclui a América do Sul. O diálogo entre psicologia ambiental e cultura política nesse ponto se mostra essencial para entender um comportamento ambiental desejável diante das metas climáticas acordadas internacionalmente.

Deste modo, é possível concluir e responder a pergunta norteadora do trabalho – De que maneira o meio ambiente como objeto político vem sendo trabalhado a partir do enfoque da cultura política na América Latina? – afirmando que o debate ambiental é abordado de forma interdisciplinar na América Latina, com contribuições significativas da sociologia e antropologia. A cultura política caracteriza o comportamento eleitoral na região por personalismo político, desconfiança das instituições democráticas e polarização ideológica, influenciando a forma como as questões ambientais são abordadas. O comportamento eleitoral na região, por sua vez, é influenciado por personalismo político e polarização ideológica, impactando a priorização de interesses de curto prazo em relação às preocupações ambientais de longo prazo.

Como supramencionado, Baquero (2008) afirma que a cultura política latino-americana apresenta baixa sofisticação política, estagnação nas atitudes políticas e desconfiança nas instituições. O conservadorismo e o autoritarismo são características agravantes da desconfiança política na região. A desconfiança política está relacionada à ideologia e à polarização política, afetando os valores pessoais – como o conservadorismo e o sentimento reacionário – e o comportamento humano. A desconfiança no "outro" pode minar a coesão social e a confiança nas instituições democráticas e embora não haja uma relação clara entre confiança e negacionismo, existem evidências na literatura de que uma ideologia baseada em desconfiança pode levar à desconfiança na ciência, como no caso do negacionismo climático. Portanto, é necessário repensar os modelos teóricos que estudam comportamentos sustentáveis e integrar a cultura política na agenda de pesquisa, levando em consideração as diferentes origens das culturas políticas ao redor do mundo. Isso permitirá o desenvolvimento de modelos mais abrangentes que vão além da perspectiva do Norte global.

O tema ambiental tem sido mais abordados de forma interdisciplinar, principalmente desde a sociologia, psicologia e antropologia políticas, porém a ciência política, de maneira geral, e a cultura política, de maneira específica, estão construindo aos poucos uma agenda de pesquisa, seja de opinião pública seja em políticas públicas sobre mudanças climáticas. Todavia, em termos teórico-metodológicos a cultura política traz um diferencial desde os estudos latino-americanos. A região apresenta especificidades cosmológicas na sua relação

com o meio ambiente, criticando abordagens que tratam o mundo natural separado da sociedade, questionando a ontologia de modelos teórico- filosóficos onde o próprio conceito de natureza é dividido entre mundo natural humano e não-humano.

Primeiramente, estudos na área desenvolvidos recentemente, principalmente a partir de Porto Alegre, já trazem ressalvas em relação ao conceito clássico de cultura política, através de críticas à ideia mainstream de modernização, bem como à noção clássica de desenvolvimento. Além disso, a América Latina desafia teorias e problematiza relações importantes da cultura política com temas como democracia e autoritarismo, além do seu vínculo com ideologias. Nesse sentido, a cultura política a partir do seu caráter descritivo e de abordagem transversal, se mostra como um bom enfoque para desenvolver ferramentas analíticas no caso da região latino-americana. Uma vez tendo os pontos teóricos delineados para colocar o debate entre as áreas convergentes, o próximo passo lógico é avançar a pesquisa a fim de desenvolver conceitos específicos da cultura política aplicados ao meio ambiente, proposta que a autora aderiu como agenda de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- AGYEMAN, J. et al. Trends and Directions in Environmental Justice: From Inequity to Everyday Life, Community, and Just Sustainabilities. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 41, n. 1, p. 321-340, 2016. Available at: <<https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-environ-110615-090052>>. Accessed on: 14 Feb 2024.
- ALMOND, G.A.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton University Press, 1963.
- ARMESTO, A. Preocupación por el cambio climático, condiciones económicas individuales y priorización del medioambiente en América Latina. *Opinião Pública*, v. 27, p. 1-27, 2021.
- BALBÉ, A.D.; Carvalho, A. As mudanças climáticas no Twitter: a ascendência da mídia e da política. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 40, 2017.
- BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 87-106, 2018. DOI: 10.22456/1982-5269.81460
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008. DOI: 10.1590/S0104-62762008000200005
- BECHTEL, Robert B.; CHURCHMAN, Arza (Ed.). *Handbook of environmental psychology*. John Wiley & Sons, 2003.
- BEESON, Mark; McDONALD, Matt. The politics of climate change in Australia. *Australian Journal of Politics and History*, v. 59, n. 3, p. 331-348, 2013. doi: 10.1111/ajph.12019
- BERNAUER, Thomas. Climate change politics. *Annual Review of Political Sciences*, v. 16, p. 421-448, 2013. doi: 10.1146/annurev-polisci-062011-154926
- BEST, H.; MAYERL, J. Values, Beliefs, Attitudes: An Empirical Study on the Structure of Environmental Concern and Recycling Participation. *Soc. Sci. Q.* v. 94, p. 691–714, 2013. doi: 10.1111/ssqu.12010
- BIJKER, Wiebe E.; HUGHES, Thomas P.; PINCH, Trevor J. (Eds.) *The social construction of technological systems: new directions on sociology and history of technology*. Massachusetts: The MIT Press, 1987.
- BORD, Richard J. et al. Public perceptions of global warming: United States and international perspectives. *Climate research*, v. 11, n. 1, p. 75-84, 1998.
- BOSTROM, Ann et al. What do people know about global climate change? Mental models. *Risk Analysis*, v. 14, n. 6, p. 959-970, 1994.
- BRAND, K.-W. Environmental consciousness and behaviour: The greening of lifestyles. In: WOODGATE, M. R. G. (Ed.). *The international handbook of environmental sociology*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 1997. p. 204–217.
- BRANDÃO, Luciana C. Vidas ribeirinhas e mudanças climáticas na Amazônia: ativando híbridos, friccionando conhecimentos e tecendo redes no contexto do Antropoceno.

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, RS, 2019.

BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne. *Institutions of the Global South*. Milton Park, Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2009. (Routledge global institutions).

BRECHIN, S.R.; Kempton, W. Global Environmentalism: a challenge to the postmaterialism thesis? *Soc Sci Q*, v. 75, p. 245–269, 1994.

BRECHIN, S.R. Objective Problems, Subjective Values, and Global Environmentalism: Evaluating the Postmaterialist Argument and Challenging a New Explanation. *Social Science Quarterly*, v. 80, p. 793–809, 1999.

BRECHIN, Steven R.; Kempton, Willet. Global Environmentalism: A Challenge to the Postmaterialism Thesis? *Social Science Quarterly*, v. 75, p. 245–269, 1994.

BRECHIN, Steven R. Comparative public opinion and knowledge on global climatic change and the Kyoto Protocol: the US versus the world? *International Journal of Sociology and Social Policy*, v. 23, n. 10, p. 106-134, 2003.

BUCCI, E. *Existe Democracia sem Verdade Factual? Cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de fake news*. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

BUTTEL, F.H.; Flinn, W.L. The Structure of Support for the Environmental Movement, 1968–1970. *Rural Sociology*, v. 39, p. 56–69, 1974.

CASTRO, H.C. de O. de; Santos, D. de O.; Beal, L.I. A armadilha da cultura cívica revisitada: A persistência dos limites analíticos no campo da cultura política. *Revista Debates*, v. 16, n. 2, p. 9–28, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/126192>. Acesso em: 10 fev. 2024.

Chakrabarty, D. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009. doi: 10.1086/596640.

CRUTZEN, P.J. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 6867, p. 23, 2002. doi: 10.1038/415023a.

DE CASTRO, H.C. de O. de; DE OLIVEIRA SANTOS, D.; BEAL, L.I. A armadilha da cultura cívica revisitada: A persistência dos limites analíticos no campo da cultura política. *Revista Debates*, v. 16, n. 2, p. 9-28, 2022.

DE CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; RANINCHESKI, Sonia; CAPISTRANO, Daniel. O conteúdo da globalização para os latino-americanos: uma análise a partir da Pesquisa Mundial de Valores-WVS. *Temas y Debates*, n. 29, p. 53-76, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-984X2015000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 14 fev 2024.

DEGROOT, J.I.M.; Steg, L. Value Orientations to Explain Beliefs Related to Environmental Significant Behavior: How to Measure Egoistic, Altruistic, and Biospheric Value Orientations. *Environment and Behavior*, v. 40, p. 330–354, 2008.

DEMERRITT, D. The construction of global warming and the politics of science. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 91, n. 2, p. 307-337, 2001. doi: 10.1111/0004-5608.00245.

- DE TRACY, A.L.C.D. *Éléments d'idéologie*, 3. chez Courcier, 1818.
- DIEKMANN, A.; FRANZEN, A. The Wealth of Nations and Environmental Concern. *Environ. Behav.*, v. 31, p. 540–549, 1999. doi:10.1177/00139169921972227.
- DIEKMANN, A.; SCHMIDT, P. Special Section: Testing Rational Choice Models of Behavior Involving Environmental Issues. *Rationality and Society*, v. 10, p. 77–78, 1998.
- DIETZ, T.; STERN, P.C.; GUAGNO, G.A. Social Structural and Social Psychological Bases of Environmental Concern. *Environment and Behavior*, v. 30, p. 450–471, 1998.
- DUNLAP, R.; BRULEE, R. *Climate change and society: sociological perspectives*. New York: Oxford University Press, 2015.
- DUNLAP, R.; MERTIG, A. Global Concern for the Environment: Is Affluence a Prerequisite? *Journal of Social Issues*, v. 51, p. 121–137, 1995. Disponível em: <https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-4560.1995.tb01351.x>. Acesso em: 14 fev 2024.
- DUNLAP, R.E.; GALLUP, G.H. Jr.; GALLUP, A.M. Of Global Concern: Results of the Health of the Planet Survey. *Environment*, n. 35, p. 7–15, 33–39, 1993.
- DUNLAP, R.E.; JONES, R. Environmental Concern: Conceptual and Measurement Issues. In: Dunlap, R.E.; Michelson, W. (Eds.). *Handbook of Environmental Sociology*. Westport, London: Greenwood Press, pp. 485–524, 2002.
- DUNLAP, R.E.; MERTIG, A.G. Global Concern for the Environment: Is Affluence a Prerequisite? *Journal of Social Issues*, v. 51, p. 121–137, 1995.
- DUNLAP, R.E.; MERTIG, A.G. Global Environmental Concern: An Anomaly for Postmaterialism. *Social Science Quarterly*, v. 78, n. 1, p. 24–29, 1997.
- DUNLAP, R.E.; YORK, R. The globalization of environmental concern. In: *Comparative Environmental Politics: Theory, Practice, and Prospects*, p. 89–112, 2012.
- DUNLAP, R.E.; YORK, R. The globalization of environmental concern and the limits of the postmaterialist values explanation: Evidence from four multinational surveys. *The Sociological Quarterly*, v. 49, n. 3, p. 529–563, 2008.
- DUNLAP, R.E. The NEP Scale: From Marginality to Worldwide Use. *Journal of Environmental Education*, v. 40, p. 3–18, 2008.
- DUNLAP, RILEY E.; GALE, RICHARD P. Politics and Ecology: A Political Profile of Student Eco-Activists. *Youth and Society*, v. 3, p. 379–397, 1972.
- DUNLAP, RILEY E.; VAN LIERE, KENT D. Land Ethic or Golden Rule. *Journal of Social Issues*, v. 33, p. 200–207, 1977.
- DUNLAP, RILEY E.; YORK, RICHARD. The Globalization of Environmental Concern and the Limits of the Post-Materialist Explanation: Evidence from Four Cross-National Surveys. *Sociological Quarterly*, v. 49, p. 529–563, 2008.
- DUNLAP, RILEY E. Lay perceptions of global risk: Public views of global warming in cross-national context. *International sociology*, v. 13, n. 4, p. 473–498, 1998.

DUVERGER, M. Os partidos políticos. Ciudad de México: FCE, 1957.

DWORKING, Ronald. What is equality? Part 1: Equality of welfare. *Philosophy & public affairs*, p. 185-246, 1981.

ECKERSLEY, Robyn. Ecological democracy and the rise and decline of liberal democracy: looking back, looking forward. *Environmental politics*, v. 29, n. 2, p. 214-234, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/10.1080/09644016.2019.1594536>. Acesso em: 14 fev 2024.

ECKERSLEY, Robyn. *The green state: rethinking democracy and sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2004.

ECKERSLEY, Robyn; BARRY, John. *State and the Global Ecological Crisis*. MIT Press, 2005.

EDWARDS, Paul. *A vast machine: computer models, climate data, and the politics of global warming*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2010.

ESCRIHUELA, Carme Melo; SÁIZ, Ángel Valencia. El Estado desde la teoría política verde. In: *Teorías actuales sobre el Estado contemporáneo*. Editorial Universidad de Granada, 2011. p. 219-234.

ESTER, Peter; VAN DER MEER, F. Determinants of Individual Environmental Behaviour: An Outline of a Behavioural Model and Some Research Findings. *The Netherlands' Journal of Sociology*, v. 18, p. 57-94, 1982.

ESTER, Peter. Environmental Concern in the Netherlands. In: O'RIORDAN, T.; TURNER, R.K. (Eds.). *Progress in Resource Management and Environmental Planning*, Vol. 3. Chichester: John Wiley & Sons, pp. 81-108, 1981.

FAIRBROTHER, Malcolm. Rich People, Poor People, and Environmental Concern: Evidence across Nations and Time. *European Sociological Review*, v. 29, p. 910-922, 2012.

FERNANDES, S. Right-Wing Authoritarianism Against Nature. *Political Science*, v. 132, p. 57, 2022.

FLEURY, Lorena Cândido; MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung; TADDEI, Renzo. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. *Sociologias*, v. 21, p. 18-42, 2019.

BIERMANN, Frank; GUPTA, Aarti. Accountability and legitimacy in earth system governance: A research framework. *Ecological Economics*, v. 70, n. 11, p. 1856-1864, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800911001613>. Acesso em: 14 fev 2024.

FRANZEN, A. Environmental attitudes in international comparison: An analysis of the ISSP surveys 1993 and 2000. *Social Science Quarterly*, v. 84, n. 2, p. 297-308, 2003.

GEWIRTH, Alan. *Reason and morality*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

GIDDENS, Anthony. *The politics of climate change*. Cambridge: Polity Press, 2009.

GIVERS, Jennifer E.; JORGENSON, Andrew K. Individual Environmental Concern in the World Polity: A Multilevel Analysis. *Social Science Research*, v. 42, p. 418-431, 2013.

- GUDYNAS, E. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. *Observatorio del Desarrollo*, v. 18, p. 1-18, 2013.
- GUERIN, D.; CRETE, J.; MERCIER, J. A Multilevel Analysis of the Determinants of Recycling Behavior in the European Countries. *Social Science Research*, v. 30, n. 2, p. 195-218, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0049089X0090694X>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- HADLER, Markus; HALLER, Max. Global Activism and Nationally Driven Recycling: The Influence of World Society and National Contexts on Public and Private Environmental Behavior. *International Sociology*, v. 26, p. 315–345, 2011.
- HALMAN, L. Political Values. In: Dalton, R.J.; Klingemann, H.D. (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. 2007.
- HAMID, L.; STERN, N.; TAYLOR, C. Reflections on the Stern Review (2): A Growing International Opportunity to Move Strongly on Climate Change. *World Economics*, v. 8, n. 1, p. 169–186.
- HAMILTON, Lawrence C.; SAITO, Kei. A Four-Party View of US Environmental Concern. *Environmental Politics*, v. 24, p. 212–227, 2015.
- HAMMOND, K. *Judgments under stress*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HEBERLEIN, Thomas A. Environmental Attitudes. *Zeitschrift für Umweltpolitik*, v. 2, p. 241–270, 1981.
- HEBERLEIN, Thomas A. *Navigating Environmental Attitudes*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2012.
- HEBERLEIN, Thomas A. Norm Activation and Environmental Action: A Rejoinder to R. E. Dunlap and K. D. Van Liere. *Journal of Social Issues*, v. 33, p. 207–211, 1977.
- HEBERLEIN, Thomas A. The Land Ethic Realized: Some Social Psychological Explanations for Changing Environmental Attitudes. *Journal of Social Issues*, v. 28, p. 79–87, 1972.
- HUNTER, L.M.; HATCH, A.; JOHNSON, A. Cross-National Gender Variation in Environmental Behaviors. *Social Science Quarterly*, v. 85, n. 3, p. 677-694, 2004. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/blasocsci/v_3a85_3ay_3a2004_3ai_3a3_3ap_3a677-694.htm. Acesso em: 14 fev 2024.
- HUNTINGTON, S.P. Conservatism as an Ideology. *American Political Science Review*, v. 51, n. 2, p. 454-473, 1957.
- HUNTINGTON, S.P. The clash of civilizations?. In: *The New Social Theory Reader*. Routledge, 2020.
- INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton University Press, 2018.

INGLEHART, R. Post-materialism in an environment of insecurity. *American Political Science Review*, v. 75, n. 4, p. 880-900, 1981.

INGLEHART, R. Public support for environmental protection: Objective problems and subjective values in 43 societies. *PS: Political Science and Politics*, v. 15, p. 57-72, 1995.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. Brasília: Verbena, 2014.

INGLEHART, Ronald. Post-Materialism in an Environment of Insecurity. *The American Political Science Review*, v. 75, n. 4, p. 880–900, 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1962290>. Acesso em: 14 fev 2024.

JAGERS, S.C. *Prospects for green liberal democracy*. Lanham: University Press of America, 2007. Disponível em: <https://lcn.loc.gov/2006935154>. Acesso em: 14 fev 2024.

JONES, R.E.; DUNLAP, R.E. The Social Bases of Environmental Concern: Have They Changed Over Time? *Rural Sociology*, v. 57, p. 28–47, 1992.

JORGERSON, A.K.; GIVENS, J.E. Economic Globalization and Environmental Concern: A Multilevel Analysis of Individuals Within 37 Nations. *Environment and Behavior*, v. 46, p. 848–871, 2014.

KAELBERER, Matthias. *The emergence of green parties in Western Europe*. 1993.

KHAN, M.; KOTCHEN, M. Environmental Concern and the Business Cycle: The Chilling Effect of Recession. National Bureau of Economic Research, Inc, NBER Working Paper n. 16241, 2010.

KIDD, Q.; LEE, A.-R. Postmaterialist values and environment: A critique and reappraisal. *Social Science Quarterly*, v. 78, n. 1, p. 1-15, 1997.

KIM, S.Y.; WOLINSKY-NAHMIAS, Y. Cross-national public opinion on climate change: The effects of affluence and vulnerability. *Global Environmental Politics*, v. 14, n. 1, p. 79-106, 2014.

KNIGHT, K.W.; MESSER, B.L. Environmental Concern in Cross-National Perspective: The Effects of Affluence, Environmental Degradation, and World Society. *Social Science Quarterly*, v. 93, p. 521–537, 2012.

KRAMARZ, T.; PARK, S. Accountability in global environmental governance: A meaningful tool for action? *Global Environmental Politics*, v. 16, n. 2, p. 1-21, 2016. Disponível em: <https://direct.mit.edu/glep/article/16/2/1/14860/Accountability-in-Global-Environmental-Governance>. Acesso em: 14 fev 2024.

KROSNICK, J.A. *et al.* The Origins and Consequences of democratic citizens' Policy Agendas: A Study of Popular Concern about Global Warming. *Climatic Change*, v. 77, p. 7–43, 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-006-9068-8>. Acesso em: 14 fev 2024.

LEAL, V.N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012.

- LINDVALL, D. Democracy and the challenge of climate change. International IDEA Discussion Paper n. 3. International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2021. Disponível em: <https://www.idea.int/publications/catalogue/democracy-and-challenge-climate-change>. Acesso em: 14 fev 2024.
- LIU, X.; VEDLITZ, A.; SHI, L. Examining the Determinants of Public Environmental Concern: Evidence from National Public Surveys. *Environmental Science & Policy*, v. 39, p. 77–94, 2014.
- LO, A.Y. Negative Income Effect on Perception of Long-Term Environmental Risk. *Ecological Economics*, v. 107, p. 51–58, 2014.
- LOHMANN, S. Rational choice and political science. *The new Palgrave dictionary of economics*, v. 2, 2008.
- LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *São Paulo: Serv. Soc. Soc.*, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.
- MARQUART-PYATT, S.T. Contextual Influences on Environmental Concerns Cross-Nationally: A Multilevel Investigation. *Social Science Research*, v. 41, p. 1085–1099, 2012.
- MARQUART-PYATT, S.T. Public Opinion about the Environment: Testing Measurement Equivalence across Countries. *International Journal of Sociology*, v. 45, p. 309–326, 2015.
- MARX, K. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MCCRIGHT, A.M.; DUNLAP, R.E. The Politicization of Climate Change: Political Polarization in the American Public's Views of Global Warming. *Sociological Quarterly*, v. 52, p. 155–194, 2011.
- MCCRIGHT, A.M. *et al.* Political Polarization on Support for Government Spending on Environmental Protection in the USA, 1974–2012. *Social Science Research*, v. 48, p. 251–260, 2014.
- MCEVOY, J. III. The American Concern with the Environment. In: BURCH, W.R. Jr.; CHEEK, N.H. Jr.; TAYLOR, L. (Eds.). *Social Behavior, Natural Resources, and the Environment*. pp. 214–236. New York: Harper & Row, 1972.
- MILDENBERGER, M.; LEISEROWITZ, A. Public opinion on climate change: Is there an economy–environment tradeoff? *Environmental Politics*, v. 26, n. 5, p. 801-824, 2017.
- MILL, J.S. *Principles of political economy: with some of their applications to social philosophy*. Vol. 1. Londres: Longmans, Green, Reader, and Dyer, 1871.
- MILLER, C.A.; EDWARDS, P.N. (Eds.). *Changing the atmosphere. Expert knowledge and environmental governance*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2001.
- MILLER, C.A. Climate Science and the making of a global political order. In: JASANOFF, S. (Ed.). *States of knowledge: the co-production of science and social order*. Nova York: Routledge, 2004. p. 46-66.
- MITCHELL, T. *Carbon democracy: political power in the age of oil*. Londres: Verso, 2011.

- MOSTAFA, M.M. Wealth, post-materialism and consumers' pro-environmental intentions: A multilevel analysis across 25 nations. *Sustainable Development*, v. 21, n. 6, p. 385-399, 2013.
- MURCH, A.W. Public Concern for Environmental Pollution. *Public Opinion Quarterly*, v. 35, p. 100-106, 1971.
- NAWROTSKI, R.J.; PAMPEL, F.C. Cohort Change and the Diffusion of Environmental Concern: A Cross-National Analysis. *Population & Environment*, v. 35, p. 1-25, 2014.
- NISBET, M.C.; MYERS, T. The polls trends: Twenty years of public opinion about global warming. *Public Opinion Quarterly*, v. 71, n. 3, p. 444-470, 2007.
- NORGAARD, K.M. Cognitive and behavioral challenges in responding to climate change. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 4940, 2009.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- O'CONNOR, R. et al. Who Wants to Reduce Greenhouse Gas Emissions? *Social Science Quarterly*, v. 83, n. 1, p. 1 - 17, 2002.
- OLIVEIRA, Marcos Barbosa. Andam dizendo por aí que a ciência não é neutra. *Outras Palavras* [online], 6 maio, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/andam-dizendo-por-ai-que-a-ciencia-nao-eneutra/>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- OREG, S.; KATZ-GERRO, T. Predicting Pro-environmental Behavior Cross-Nationally: Values, the Theory of Planned Behavior, and Value-Belief-Norm Theory. *Environment and Behavior*, v. 38, p. 462-483, 2006.
- OSKAMP, S.; SCHULTZ, P.W. *Attitudes and opinions*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2005.
- O'DONNELL, G. Apuntes para una teoría del Estado. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, n. 4, p. 1157-1199, 1978.
- PASQUINO, G. Comportamentalismo. In: Bobbio, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- PICKERING, J.; BACKSTRAND, K.; SCHLOSBERG, D. Between environmental and ecological democracy: theory and practice at the democracy-environment nexus. *Journal of Environmental Policy & Planning*, v. 22, n. 1, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1523908X.2020.1703276>. Acesso em: 14 fev 2024.
- PINTO, G.E.; PIRES, A.; GEORGES, M.R.R. O Antropoceno e a mudança climática: a percepção e a consciência dos brasileiros segundo a pesquisa IBOPE. *Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)*, v. 54, p. 1-25, 2020.
- PLOUS, S. *The psychology of judgement and decision making*. New York: McGrawHill, 1993.
- POLINO, C. *Cambio climático y opinión pública en América Latina*. 2019.

POVITKINA, M.; JAGERS, S.C. Environmental commitments in different types of democracies: The role of liberal, social-liberal, and deliberative politics. *Global Environmental Change*, v. 74, 2022, n. 102523. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378022000619>. Acesso em: 14 fev 2024.

RAZ, J. *The morality of freedom*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

ROOTES, C.A. Environmental Movements and Green Parties in Western and Eastern Europe. In: Redclift, M.; Woodgate, G. (Eds.). *The International Handbook of Environmental Sociology*. pp. 319–348. Cheltenham, UK: Edgar Elgar, 1997.

SANTINI, R.M. et al. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. *Liinc em Revista*, v. 18, n. 1, p. e5948-e5948, 2022.

SARTORI, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: UNB, 1982.

SCERRI, A. No Measure without Concept: A Critical Review on the Conceptualization and Measurement of Environmental Concern. *International Review of Social Research*, v. 1, p. 11–31, 2011.

SEN, A. *Inequality reexamined*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SISMONDO, S. *An introduction to Science and Technology Studies*. Malden, MA: Willey-Blackwell, 2010.

SOUZA, A.M. Estado e dependência na América Latina. *Anais das Segundas Jornadas de História Económica*, Montevideo, 1999.

SPAARGAREN, G. Theories of Practices: Agency, Technology, and Culture. Exploring the Relevance of Practice Theories for the Governance of Sustainable Consumption Practices in the New World-Order. *Global Environmental Change*, v. 21, p. 813–822, 2011.

STEG, L. *et al.* Factors Influencing the Acceptability of Energy Policies: A Test of VBN Theory. *Journal of Environmental Psychology*, v. 25, p. 415–425, 2005.

STERN, N. The Economics of Climate Change. *American Economic Review*, v. 98, n. 2, p. 1–37, 2008.

STERN, P.C.; DIETZ, T.; GUAGNO, G.A.; KALOF, L. The New Ecological Paradigm in Social-Psychological Context. *Environment and Behavior*, v. 27, p. 723–743, 1995.

STERN, P.C.; DIETZ, T.; GUAGNO, G.A. The Value Basis of Environmental Concern. *Journal of Social Issues*, v. 50, p. 65–84, 1994.

STERN, P.C. et al. A Value-Belief-Norm Theory of Support for Social Movements: The Case of Environmentalism. *Human Ecology Review*, v. 6, n. 2, p. 81–97, 1999.

SVAMPA, M.N. *Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina*. 2013.

SZULECKI, K. Conceptualizing energy democracy. *Environmental Politics*, v. 27, n. 1, p. 21–41, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09644016.2017.1387294>. Acesso em: 14 fev 2024.

TVERSKY, A.; KAHNEMANN, D. Judgement under uncertainty: heuristics and biases. *Science*, v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 1974.

VANDERBERGH, M.P. Order Without Social Norms: How Personal Norm Activation Can Protect the Environment. *Northwestern University Law Review*, v. 99, p. 1101–1166, 2005.

VAN DER WERFF, E.; STEG, L. One model to predict them all: Predicting energy behaviours with the norm activation model. *Energy Research & Social Science*, v. 6, p. 8-14, 2015.

VAN HAUTE, Emilie (Ed.). *Green parties in Europe*. London: Routledge, 2016.

VAN LIERE, K.D.; DUNLAP, R.E. Environmental Concern: Does It Make a Difference How It's Measured? *Environment and Behavior*, v. 13, p. 651–676, 1981.

XIAO, Chenyang; DUNLAP, Riley E.; HONG, Dayong. The nature and bases of environmental concern among Chinese citizens. *Social Science Quarterly*, v. 94, n. 3, p. 672-690, 2013.

XIAO, C.; DUNLAP, R.E. Validating a Comprehensive Model of Environmental Concern Cross-Nationally: A Canadian-USA Comparison. *Social Science Quarterly*, v. 88, p. 471–493, 2007.

YAMIN VÁZQUEZ, P. Environmental concern in the global south: Tackling the post-materialist thesis and the impact of ideology. *Latin America in Times of Global Environmental Change*, p. 75-91, 2020.

ZIMMERMAN, M.E. Ecofascism. In TAYLOR, B.R. (Ed.). *Encyclopedia of Religion and Nature*. Vol. 1. London, UK: Continuum, 2008.

ZUCKERMAN, A.S. Returning to the social logics of politics. In: ZUCKERMAN, A.S. (Org.). *The social logic of politics: personal networks as contexts for political behavior*. Philadelphia: Temple University, 2005.